
024ª Sessão Ordinária - 30MAR2017

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga , na condição de Líder da Bancada do PSOL e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para a Ver.^a Fernanda Melchionna para o dia 30 de março de 2017. Informamos a presença do Sr. Prefeito Nelson Marchezan e de Secretários.

Informamos que o Ver. Felipe Camozzato se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 30 de março a 03 de abril de 2017, face a Requerimento aprovado em Plenário no dia 08 de março de 2017.

O Suplente Lino Lopes Zinn assumirá no lugar do Ver. Felipe Camozzato. Solicito ao Suplente Lino Zinn que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Lino Zinn prestará a seguir.

O SR. LINO ZIMM: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Declaro empossado o Ver. Lino Zinn. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Lino Zinn. V. Exa. integrará a Comissão Economia, Finanças e Orçamento do Mercosul.

O Sr. Prefeito Nelson Marchezan está com a palavra.

O SR. NELSON MARCHEZAN: Excelentíssimo Sr. Presidente Cassio Trogildo, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Srs. Secretários Municipais, demais senhoras e senhores presentes aqui. Serei breve, Sr. Presidente, apenas quero registrar que, neste momento, estamos entregando o balanço das finanças públicas e o relatório das atividades de 2016,

atendendo à Lei Orgânica do Município. O que já é praxe, já é padrão, já é costume esse cumprimento legal, mas também estamos aqui, cumprindo uma legislação nova, de origem do Legislativo, de autoria do então Ver. Sebastião Melo, que é apresentar o plano de metas que se divide, no nosso caso, em três eixos estratégicos. Este é o primeiro ano, e findados os três primeiros meses de Governo, o Executivo deve trazer à Câmara de Vereadores os seu programa de metas. Para nós isso foi extremamente gratificante, com as dificuldades normais de uma primeira experiência e com a responsabilidade que se deve ter, estabelecer normas de acordo com aquilo que efetivamente é capaz de ser atingido. Os objetivos estratégicos e as metas, se atingidos, mudam efetivamente a vida dos cidadãos de Porto Alegre, mas também dentro de uma realidade de que sejam metas entregáveis. Os compromissos de campanha estão todos elencados aqui. Este é o primeiro Prometa, é o primeiro Plano de Metas apresentado oficialmente à Câmara de Vereadores pelo Executivo de Porto Alegre. Nós estamos absolutamente dispostos a trabalhar nele, a seguir isso como um guia do Governo, a executar as audiências públicas e a discutir as pautas, as metas e os objetivos estratégicos apresentados. Esse foi um trabalho desenvolvido por todas as Secretarias sob o comando do Secretário de Gestão e Planejamento, Secretário Parodi, a quem eu agradeço por esse esforço. Fico muito feliz de estarmos iniciando o que eu acho que parece, Presidente, algo extremamente construtivo, de transparência, que vai modificar, inclusive, as próximas campanhas municipais. Passo às suas mãos, Presidente, e peço que, no final das atividades, V. Exa. encaminhe para os destinos legais o Programa de Metas 2017/2020. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Procede-se à entrega do documento.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Este é um comparecimento-relâmpago do Prefeito Nelson Marchezan. Nós tínhamos apazado para amanhã, na reunião de Líderes, mas o Prefeito tem um almoço na Zona Norte, então, ficaria bastante apertado. Combinamos rapidamente, então, para fazer essa entrega aqui no dia de hoje. Eu queria saudar o Prefeito Nelson Marchezan, o Vice-Prefeito Gustavo Paim e os Secretários que os acompanham aqui: Kevin Krieger, Relações Institucionais e Articulação Política e o adjunto Carlos Siegli; José Alfredo Parodi, Planejamento e Gestão; Leonardo Busatto,

Fazenda; Luciano Alabarse, Cultura; Pablo Sturmer, adjunto da Saúde; Fernando Dutra, adjunto de Parcerias Estratégicas; Elizandro Sabino, Infraestrutura e Mobilidade Urbana – que, inclusive, tem um comparecimento logo em seguida, para falar da sua Secretaria – e Dr. Bruno Miragem, Procurador-Geral do Município. Nós estamos pedindo também o Plano em meio magnético, porque fica mais fácil de disponibilizar para todos os Vereadores. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h29min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (14h39min) Estão reabertos os trabalhos.

Peço a compreensão das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores, pois o microfone da tribuna está sem controle de ligar e desligar. Então eu peço aos nossos oradores desta tarde da tribuna que sigam o tempo, que continuará sendo marcado no cronômetro, e que nos auxiliem quando eu avisar que o tempo está encerrado.

O Ver. Lino Zinn está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. LINO ZINN: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público presente e da TVCâmara, funcionários da Casa. Estou extremamente feliz com a oportunidade de substituir por alguns dias o Ver. Felipe Camozzato, que, mesmo saindo por um curto espaço de tempo, em respeito aos 30 mil eleitores do NOVO, chamou-me para dar continuidade aos trabalhos.

Faço um agradecimento muito especial às pessoas que me ajudaram a encarar o desafio de fazer uma campanha, sem nenhuma experiência e com poucos recursos. Os Srs. Vereadores sabem bem do que estou falando. Obviamente é impossível agradecer nominalmente a todos que me ajudaram, mas à minha família aqui presente, aos amigos próximos, a quem bombardeei via WhatsApp e redes sociais, o meu muito obrigado. Quero agradecer também a todos os filiados e voluntários do NOVO, preciso também agradecer a cada um dos 5.230 porto-alegrenses que me confiaram seus votos e me colocaram em vigésimo terceiro, entre os candidatos mais votados de Porto Alegre.

Apesar do sistema proporcional estar vigente no Brasil há anos, tive que explicar para muita gente que dizia: “Lino, como é que tu não estás eleito se fizeste muito mais votos que muitos dos que entraram lá?” Nesse momento em que se debate a reforma política

no Congresso Nacional, é que surge a ideia da lista fechada, sistema que mais distancia o eleitor do eleito. Por que não falar em voto distrital? Por que não falar em eleger os mais votados? Por que não falar no fim do fundo partidário? Enquanto faltar dinheiro para a segurança, para a educação e para a saúde, enquanto os salários dos servidores forem parcelados, é totalmente imoral o dinheiro do pagador de impostos ir para partidos políticos. Quem deve sustentar os partidos políticos são os filiados que acreditam nas suas ideias.

Também quero me colocar à disposição, nesses dias em que estarei presente, para ser um Vereador de cada um dos 1,5 milhão porto-alegrenses, para ser o representante das ideias de liberdade tão caras na sociedade em que vivemos. Não é coincidência, Srs. Vereadores, que países como Nova Zelândia, Austrália, Canadá, que possuem altíssimos níveis de desenvolvimento humano, figurem nas primeiras posições do *ranking* de liberdade econômica. Também não é coincidência que o Brasil ocupa hoje a 140ª posição entre 180 países, atrás de países como Gâmbia, Kenya e Laos, no mesmo *ranking*. Não existe fórmula mágica de desenvolvimento, não existe modelo pronto a ser copiado. O fato é que a liberdade econômica, política e social é pré-requisito para uma sociedade desenvolvida. Tenho 38 anos, sou publicitário e empresário, nunca antes havia me filiado e nem participado de nenhum processo eleitoral. Resolvi, ao invés de ficar reclamando, fazer algo, motivado por ter encontrado um partido que defende o livre mercado, o indivíduo como motor da sociedade e a responsabilidade com o dinheiro do pagador dos impostos, desde a verba indenizatória de gabinete. Nós, do partido NOVO, acreditamos que o dinheiro deve ficar na mão do cidadão, ele sabe melhor as suas necessidades do que nós, burocratas e políticos. Esse é o partido NOVO, um projeto de longo prazo, que não está pensando nas próximas eleições e, sim, nas próximas gerações. E eu, como vou ser pai nos próximos dias – e aqui quero aproveitar para agradecer à minha esposa o apoio que deu na minha campanha -, não poderia me sentir mais honrado em defender essas ideias de um País melhor para as próximas gerações.

Senhores Vereadores aqui presentes, preciso fazer uma observação muito importante: acompanhando o trabalho desta Casa nos últimos dias, ganhei ainda mais motivação, pois vi em muitos dos senhores diversos atos no sentido de desburocratizar, valorizar o empreendedorismo e a geração de emprego, na defesa do indivíduo. Também vi em alguns outros poucos políticos a demagogia, a velha política propondo leis

inconstitucionais e fazendo populismo, prometendo o que não pode ser cumprido. Mas essa postura já foi rechaçada nas últimas eleições.

Por fim, quero fazer um convite para que todos aqui conheçam o partido NOVO e, se puderem, contribuam para o projeto com doações, filiação e, quem sabe, participando do processo seletivo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Lino Zinn, desejo-lhe uma boa estada nesta Casa.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Elizandro Sabino, Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, que vem apresentar a Secretaria, que tem como sigla SMIM. O Sr. Elizandro Sabino está com a palavra.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Obrigado, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores, senhoras e senhores, minha especial alegria em poder estar aqui na tarde de hoje neste comparecimento para falar um pouquinho a respeito da nossa Secretaria. Cumprimento o colega Lino, que hoje toma posse, é um prazer participar desse momento, ele que é um grande amigo de um tio meu. Parabéns por esta data tão especial.

Colegas Vereadores, Vereadoras, o objetivo do comparecimento é justamente para falar um pouquinho a respeito da Secretaria Municipal que denominamos SMIM, Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana. Na concepção da reestruturação administrativa, o que compreende a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana? Na parte da infraestrutura, temos a extinta SMOV, DEP e DMAE na parte de obras. Então, DEP e DMAE na parte de obras incorpora a Secretaria de Infraestrutura. A concepção original do projeto de reestruturação administrativa tem a ideia inclusive de que todas as partes, tudo que diz respeito a obras do Município, desde a construção de uma escola, de um posto de saúde, a sua concepção seja realizada pela Secretaria de Infraestrutura. Nesse sentido, portanto, todo o aporte, todos o estafe de engenheiros, de técnicos, de arquitetos ficará nessa Secretaria, para que possa, numa concepção de transversalidade, fazer os devidos projetos e encaminhamentos. Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – no tocante à mobilidade, nós temos a EPTC, a Carris e a extinta Secretaria Municipal de Transportes. Neste sentido, nós temos a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade

Urbana, nesta compreensão geral. O objetivo da vinda hoje aqui é falar um pouco a respeito...(Problemas técnicos no som.) Eu saudei todos os colegas Vereadores, só não apertei a mão da colega Ver.^a Sofia e do Ver. João Bosco Vaz, a quem transmito agora minha saudação de forma muito especial.

Gostaria de dar um enfoque especial a respeito das obras, porque tem sido uma das tônicas nos dias em que estamos vivendo. Nós temos muitas obras na Cidade, obras que estão paradas, em virtude dos aspectos que estamos vivendo, no que diz respeito ao um decreto do Executivo que suspende o pagamento do exercício anterior, no que diz respeito às pendências, àquilo que parte do Tesouro. Nesse sentido nós temos algumas dificuldades que dizem respeito às obras da Copa.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ELIZANDRO SABINO: Eu queria mostrar aqui na tela a próxima lâmina que fala um pouco sobre a estrutura da Secretaria. A divisão da Secretaria, no tocante à parte estrutural: Projetos Especiais, Projetos e Obras, Conservação e Responsáveis pela Orla. Nós temos um custo total das obras de mobilidade, no que diz respeito às obras da Copa, num custo de R\$ 640 milhões. São 19 obras de mobilidade urbana. O que estamos mostrando para vocês aqui nós já passamos, de forma cristalina, para a imprensa, já divulgamos rotineiramente, e é importante que os Srs. Vereadores tenham também esta informação. Há um saldo a pagar de R\$ 236 milhões, sendo que R\$ 163 milhões já são recursos garantidos pela Caixa, mas R\$ 73 milhões são do Tesouro, portanto valores de pendências que precisam ser custeados pelo Tesouro.

As obras concluídas, como é de conhecimento de todos, são sete, nas ditas obras da Copa: a Edvaldo, trecho 3; a Edvaldo, trecho 4; o corredor da Padre Cacique, trecho 1; o viaduto Pinheiro Borda; o viaduto Júlio de Castilhos; o viaduto Bento Gonçalves; e o entorno do Beira-Rio.

As que estão em andamento são dez: a trincheira da Anita; da Cristóvão; da Ceará – a trincheira da Ceará é uma grande dificuldade que nós temos; é uma transposição de 75 mil veículos, e, portanto, a solução da conclusão daquela obra trará efetivamente uma solução de fluxo na entrada da Cidade; Voluntários, trecho 1; prolongamento da Severo Dullius; pavimentação da Protásio; BRTs Protásio, Bento e João Pessoa; e Tronco,

trechos 1 e 2; Tronco 3 e 4. Aí, falando da Tronco, nós temos aquelas dificuldades – inclusive, o Ver. Adeli Sell tem sido companheiro no sentido das informações. Nós temos acompanhado. De certa feita, o Vereador também estava presente, e as dificuldades de continuidade da obra pela falta de pagamento tem sido uma medida que se impôs. Nós temos, com todo o empenho, procurado trazer algumas soluções, mesmo que paliativas, mas que possam garantir o mínimo de dignidade às pessoas no que diz respeito ao acesso às suas casas e, ao mesmo tempo, no entorno de onde moram. E duas obras que não começaram, que são a trincheira da Plínio e a Voluntários, trecho 2.

Esta outra lâmina traz o cenário geral, do qual falei no início. A dívida é de R\$ 45 milhões. O saldo a pagar, o já pago. Por exemplo, pegando o item 9, trincheira da Ceará, é uma obra que começou em janeiro de 2013. Também já falamos a respeito da trincheira da Ceará, não é, Ver. Nedel? É uma obra que começou há quatro anos. Ela está 90% concluída. Sendo reiniciada a trincheira da Ceará, é uma obra que, em três a quatro meses, estará completamente pronta. Portanto, o que falta, realmente, é a questão do pagamento a ser feito para a empresa.

A próxima lâmina traz os valores de pendência de apoio operacional, que é o valor que perfaz o montante de quase R\$ 6 milhões, que também é dentro do escopo das obras de mobilidade urbana da Copa.

Aí, nós temos, e os Vereadores têm acompanhado, as obras do CAF. Eu falava há pouco com o Ver. Mauro Zacher a respeito das obras do CAF – Corporação Andina de Fomento, que é um recurso internacional garantido, ou seja, ele tem destinação direta para as obras de pavimentação e requalificação de vias - e esses recursos, portanto, são destinados, são imexíveis – e já têm começado a ocorrer na cidade de Porto Alegre.

A próxima lâmina traz o lote 1, lote 2 e lote 3, que são em torno de R\$ 5 milhões e 600 mil; R\$ 5 milhões e 900 mil; R\$ 4 milhões, quase R\$ 5 milhões. Cada lote compreende trechos, por exemplo, da região Extremo-Sul e Lomba do Pinheiro. Nós já demos a ordem de início de algumas dessas ruas e, sistematicamente, lote por lote, elas vão sendo feitas. E, portanto, as comunidades, que através de demandas ao OP, demandaram ao Orçamento Participativo, e, nesse sentido, gravaram como prioridade, agora estão sendo contempladas. É uma obra que a cada trecho, rua, vai demorar em torno de um ano; outras, em trechos menores, como o Núcleo 22, do Rubem Berta, será algo em torno de três meses; então, cada caso será avaliado.

Lotes 5 e 6, também com as extensões, os valores.

Depois, fala um pouco da Divisão de Conservação de Vias Urbanas – DCVU. As grandes vias que estão sendo requalificadas, como a Av. Osvaldo Aranha, que já está com um trecho pronto; a Av. Protásio Alves; Av. Saturnino de Brito; Av. Adelino Ferreira Jardim, que está ali no Rubem Berta, que está praticamente pronta, o Ver. Mauro está acompanhando. Agora, nós estamos ali no trecho do terminal de ônibus, terminando, onde temos também a questão do canteiro, que vai ser refeito. Portanto, a conclusão de algumas obras e outras que estão em andamento, com recursos do CAF também.

Garibaldi, Osvaldo, Protásio, essas são as que estão em andamento, Ferreira Viana.

E aí nós temos contratos, os contratos ativos de 2017; 2017, pendências de pagamento do período anterior, que é justamente onde nós temos a questão da suspensão dos pagamentos, e por essa razão, na questão da terraplanagem, na questão de venda de insumos para que nós possamos fazer o asfalto, a fabricação do asfalto através das usinas, tanto do Sarandi quanto da Restinga. Quando nós chegamos à Secretaria as duas usinas estavam paradas, a da Restinga e a do Sarandi. O Ver. Cassio, Presidente, conhece bem, foi uma conquista. E hoje nós temos a usina do Sarandi parada por falta de manutenção, porque a empresa que realiza a manutenção não recebe, nesse período, as pendências, e temos dificuldade. Conseguimos uma interlocução e uma sensibilização com a empresa que ela pegasse uma peça da usina do Sarandi, levasse para a usina da Restinga a peça que faltava, e lá nós estamos fabricando asfalto, portanto, através do pouco que temos de insumos que são fornecidos e comprados para poder operação de melhoria de vias.

Quanto a outras relações de contratos, quando eu falava, por exemplo, da empresa que fazia manutenção, a Bomac, tem uma dívida, tem uma pendência.

A orla do Guaíba tem sido pauta, praticamente, semanal em virtude de todos que passam por ali veem a obra avançando e quase em fase de conclusão. Nós temos o trecho 1 que está 70% concluído. Também o Ver. Nedel me ligou para falar sobre a parte do ancoradouro. E a obra está nessa concepção, o bar Quase Meia-Noite está 50% concluído. Já foram postos os vidros em cima, os vidros nas laterais. Nós temos o ancoradouro, os deques estão praticamente prontos. Os elementos de infraestrutura, as passarelas, os passeios. As arquibancadas são a parte final da orla, portanto demora um pouco mais. A edificações, os bares, 70% concluídos, agora estão sendo colocadas as

pastilhas. A Praça Júlio Mesquita que já foi inaugurada é o piloto do que vai ser a orla do Guaíba, porque realmente ali a população tem ido com as famílias, tomado chimarrão. É um lugar muito agradável, aprazível, e é um exemplo do que vai ser a orla.

Os postes inclinados são 47, 80%, vai dar iluminação noturna em todo o período da noite, portanto será também algo muito especial para, à noite, as famílias transitarem no local. Falamos um pouquinho de algumas obras, fizemos um cenário geral sobre a questão que envolve a orla do Guaíba, a divisão de conservação de vias, e, claro, temos pautas pontuais que envolvem a Secretaria. Eu me coloco à disposição dos senhores, como já tenho feito, através do nosso telefone celular para, quando necessitarem acessar, pois estamos à inteira disposição para atender aos colegas. Eu já tenho recebido vários colegas vereadores na Secretaria, e sempre é um prazer recebê-los e, de imediato, encaminhar aquilo que for do interesse dos nobres colegas. Tive o prazer de receber o Ver. Dr. Goulart, Ver. Luciano Marcantônio, Ver. Mauro Zacher, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Mendes, Ver. Cássio Trogildo, o nosso Presidente, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Alvoní Medina, Ver. José Freitas, Ver. Carús. Estamos às ordens para atendê-los sempre no que demandarem, e, quando não puderem ir, acionem pelo telefone, pois estamos à disposição dos colegas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a visita orientada desta tarde. Estão presentes, no plenário da Câmara de Vereadores, os 45 alunos da Escola Rodrigues Alves, de Cachoeirinha, acompanhados pelos professores responsáveis Rita de Cássia e Roberto. Este projeto de educação política que o Memorial desenvolve com as escolas da nossa Cidade e também das cidades vizinhas. Sejam muito bem-vindos.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra.

O Sr. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre colega, Ver. Elizandro Sabino, como V. Exa sabe, sou Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, a mesma Frente Parlamentar a qual V.Exa. pertencia, quando era Vereador ativo desta Casa, hoje é Secretário. A obra da Orla tem um valor, e estou extremamente preocupado que os barcos estão sem trabalhar há um ano, e vão ficar até outubro. Peço, se V. Exa. puder falar com o pessoal da obra, porque não altera preço, não altera nada, para dar uma prioridade para completar o

ancoradouro com o máximo de urgência, que são quatro ou cinco barcos que estão sem trabalhar há um ano e vão ficar mais dez meses sem trabalho. Isso é um prejuízo muito grande para o turismo da nossa Cidade. Peço, se puder organizar uma certa preferência para o ancoradouro, para que os barcos possam voltar a trabalhar o mais breve possível. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

O SR. MAURO PINHEIRO: Presidente Cassio Trogildo, demais Vereadores e Vereadoras, faço um cumprimento especial ao nosso Secretário Elizandro Sabino, nosso colega Vereador que ora presta serviço à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Primeiro quero parabenizar o nosso Secretário, Ver. Elizandro Sabino, pelo trabalho que tem feito frente à Secretaria. A gente tem acompanhado muito pelas notícias da mídia e V. Exa. está fazendo um grande trabalho, e estamos torcendo para que V. Exa. continue fazendo um belo trabalho pela nossa Cidade. Aproveito aqui, Secretário, pois nesta semana estive no DEP conversando com a diretora que está lá, engenheira Daniela. Fui muito bem recebido, e claro que ela falou que tem uma certa dificuldade na questão de obras, todos sabemos, pela falta de recursos, mas temos um problema sério no Bairro Rubem Berta, Vila Varig e Zona Norte de Porto Alegre, pois a última chuva mais forte, naquele sábado, inundou várias casas da Vila Varig e também no Rubem Berta, como na Rua Fernando Camarano com a Av. Adelino Ferreira Jardim, e também na Vila Varig. Ali temos um posto do DMAE de coleta de esgoto, e como ele é um pouco mais alto, e com a chuva nós temos um problema de uma tubulação. Estão faltando 150m da obra para ser concluída, devido aos problemas nas garagens, que a gente tem no Rubem Berta. Na época até teria recursos para ser feito e não o foi. Agora com essa última chuva e as obras realizadas ali, não teve como escoar a água, dando um grande problema para comunidade. Então, a gente começou a se inteirar, e chegamos à conclusão, junto com a Engenheira Daniela. É uma obra de 150m, mas a tubulação tem que ser feita em torno de 5m para baixo, com recursos um pouco mais altos. Então, coloco para o Senhor, Secretário, para que possa ver a possibilidade de a gente no futuro ver essa obra incluída nas prioridades da Cidade. Tendo em vista que, se houver chuvas fortes de nova, vai

alargar de novo, e esta obra de 150m vai resolver o problema da Adelino que alaga com a Fernando Camarano, como também na região da antiga Vila Varig, hoje, Vila Ícaro, onde tem a tubulação pronta, lá já tem o canal de 1,5m que liga na Av. Baltazar de Oliveira Garcia. Então, é uma obra de 150m, não é muito grande e que vai ser de grande utilidade para o Rubem Berta e vilas no entorno. Então, aproveito que V. Exa. está aqui, em breve lhe levarei lá para dar mais detalhes e contar com a sua compreensão, porque é uma obra que atinge um grande número de pessoas do bairro Rubem Berta, V. Exa. sabe, mais de cem mil pessoas. Tenho acompanhado também as obras que vez colocou ali na Av. Adelino Ferreira Jardim, aproveito em nome da comunidade lhe agradecer. Está ficando muito bom o recapeamento do asfalto ali, uma camada bastante generosa de asfalto, estando muito melhor de transitar, até porque há uma quantidade de pessoas que transitam não só ali, mas em outras vias. Na Av. Protásio Alves também. E também queria lhe perguntar a respeito das obras de Av. Severo Dullius, porque é uma obra bastante importante, e que a gente não vê muito, porque ela vai por trás, não sendo um local que se transite normalmente – para toda Zona Norte de Porto Alegre, porque é uma obra que vai desafogar bastante a Av. Sertório, e outras vias e vai acabar saindo lá próximo do Big, da Rua Dona Alzira, ligando a Zona Norte, não precisando ir pela Av. Sertório. Então, a gente sabe que, principalmente, no horário de pico, a Zona Norte sofre muito com o retorno para casa por vias. E essa obra da Severo Dullius, eu tenho certeza que vai desafogar muito o trânsito na região. Pelo que V. Exa. falou, faltam alguns meses, mas se puder nos esclarecer melhor como fica, como estão a situação da Av. Severo Dullius e também das obras dos três corredores de ônibus: da Av. Protásio Alves, da Av. Bento Gonçalves e da Av. João Pessoa. A gente acompanha que aquela obra é uma obra que está há bastante tempo e também o prolongamento dessa obra, porque com relação ao corredor da Av. Protásio Alves, a obra não vai até a Av. Manoel Elias, ela vai até a Avenida do Forte, a Av. Saturnino de Brito e ali, tem a previsão, inclusive, de nós... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Da Av. do Forte até a Av. Manoel Elias, tem um pedaço que não tem corredor. Nós fizemos, na época ainda do Governo Tarso, uma colocação lá com o Secretário de Planejamento para estender o corredor ou uma outra forma até a Av. Manoel Elias, onde está previsto um terminal de ônibus na Av. Manoel Elias com a Av. Protásio Alves. Então, não sei se V. Exa. tem conhecimento, sei que são muitas coisas,

mas, posteriormente, se puder nos dar uma resposta sobre essas demandas. Muito obrigado, bom trabalho, Secretário.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente Cassio, colega e agora Secretário Elizandro, é muito importante esta forma de diálogo com a Administração com os comparecimentos – que fazemos outros. Quero agradecer especialmente o Secretário Elizandro por três visitas a nossa Av. Tronco/Cruzeiro, naquelas dificuldades que V. Exa. viu e vivenciou. Seria importante que pudesse fazer uma agenda ampla com as lideranças de toda a região, ou lá na região ou na sua Secretaria – posso acompanhar -, que, com a obra, muitas questões de sinalização, Secretário, foram perdidas. Precisamos recuperar, que é muito perigoso, porque agora, na parte em que a pista está pronta, algumas sinalizações foram tiradas, obstruídas, etc. Então, nós temos que pensar seriamente nisso e tentar cuidar para que agora a gente possa retomar a obra, finalizá-la adequadamente. Sabemos, a nossa paciência, a nossa preocupação e, quando a gente insiste em falar com V. Exa., que tudo isso é muito importante, porque a gente está trazendo o problema, porque foi visto e precisa mudar. Quanto à questão de obras, acho importantes algumas coisas que já foram aqui colocadas para que a gente pudesse pensar, principalmente, num processo, quando nós tivermos obras nas grandes vias – os seus horários. Ultimamente, a Av. Protásio Alves tem sido um problema, e isso causa um transtorno para a Cidade. Nós já temos um problema gravíssimo de mobilidade. Agora, V. Exa. cuida das duas coisas. Foi um ajuste que me agradou que a questão de obras não se desvincule da mobilidade – são coisas que, na minha opinião, são inseparáveis. Nesse particular, eu quero chamar a atenção para a questão da mobilidade. Eu acho que nós temos que repensar um pouco algumas questões de mobilidade. Eu fiz alguns apontamentos que quero passar a V. Exa. e ao diretor da EPTC, para que a gente possa fazer alguns estudos, porque eu acho que há certo conservadorismo no seio da administração em mexer em algumas vias. Às vezes, olhar no computador é uma coisa; na prática, na realidade, é outra – principalmente os taxistas, os motoristas de ônibus e a comunidade podem nos ajudar enormemente. Então creio que é preciso que V. Exa. esteja muito

atento nesse dia a dia – não preciso falar isso, porque V. Exa. foi e é Vereador e sabe o quanto é importante essa interlocução com a Câmara de Vereadores –, para que a gente veja todos os problemas que, de fato, existem e para que a gente possa enfrentá-los efetivamente. Então, se às vezes o senhor receber um rol de demandas, é porque elas existem, elas não são uma forma de enfrentamento, o enfrentamento se faz na grande política, no dia a dia. Esse é meu perfil, meu jeito de ser e de fazer, para que a Cidade caminhe para frente, para que a gente não fique obstruindo as coisas que podem ser resolvidas, como foi esse recente diálogo que nós tivemos na Grande Cruzeiro. Eu tenho certeza que a população respeitou, respeita e vai respeitar ainda mais se nós conseguirmos, efetivamente, concluir todo aquele processo. Obrigado, mais uma vez. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Secretário Elizandro Sabino, bem-vindo. Senhores e senhoras, as minhas observações são de três ordens. Primeiro, acho que é importante, para quem está assumindo uma pasta tão estratégica, que inclui as conservações permanentes, as obras na periferia, as obras de todas as secretarias, portanto, moradia. Esse é o primeiro questionamento.

A notícia que tivemos esta semana é que o Orçamento Participativo deste ano, em princípio, está suspenso. Qual será o processo decisório de priorização das obras da Cidade, sejam as grandes ou pequenas, de saneamento? Qual o critério? Pergunto, porque nós também recebemos muitas demandas. Temos visto o recapeamento de algumas ruas. Hoje de manhã, passei pelo Jardim Botânico, Petrópolis, e não sabemos explicar à população quais são os critérios. Recapeamentos são bem-vindos, mas, por exemplo, a Rua Dona Leonor, a do colégio IPA, Americano, é uma rua que está insuportável; ela tem uma demanda importante, porque é escola, universidade, ainda há obras ao redor que a detonaram mais ainda. Então até formalizamos, mas agora, na tribuna, não é o caso para tratarmos de questões específicas, mas precisamos conhecer o canal deliberatório. Não será mais o Orçamento Participativo? Serão os CARs? Serão abaixo-assinados? Como encaminhamos? Quando fui almoçar hoje, recebi uma demanda do IPE 2! Então, qual o critério para eleger prioridades?

Segundo ponto: obras da Copa. Pelo que eu entendi, a Av. Tronco, por exemplo, pelo Decreto, a construção parou, porque o pagamento para a empresa foi suspenso. E se para grande parte das obras da Copa já há um financiamento federal, esses recursos estão aí, por que as obras não têm andamento? Por que essa escolha de parar obras que têm recursos, que não são do próprio orçamento, e sim do Governo Federal? É um problema de discussão com o empreendedor ou é um problema geral? Acho que é um prejuízo importante, porque obra parada vai perdendo qualidade.

Terceiro ponto: a prioridade do tema das moradias. No caso da Vila Tronco e da Vila Liberdade - eu coloquei isso no artigo de hoje -, nós temos muitas famílias que acabaram indo parar no Aluguel Social. Porto Alegre tinha, no final do ano, quase duas mil famílias. Eu duvido que tenha mudado isso! Duas mil famílias em aluguel social. Esse é um valor de 400 e poucos reais, mesmo que multiplique por 2 mil, por ano, que valor o governo municipal está gastando. Então, qual a prioridade ou perspectiva dessas obras de habitação que já estavam com terrenos identificados, com projetos, que vão acomodar as famílias do entorno da Tronco – 1.500 famílias. Não temos nenhuma notícia, não tem uma casa ainda que a gente saiba que foi construída. E no mesmo sentido, eu pergunto sobre a Vila Liberdade, o projeto da Vila Liberdade; aquela área foi reservada, teve o incêndio das casas. Ali têm umas 600 famílias que estão nesse aluguel social, que é um custo para a Prefeitura; tem uma tensão para ocupar aquela área da Vila Liberdade. Quer dizer: É prioridade? Tem orçamento? Quais as perspectivas das moradias de quem foi deslocado ou envolvido nas obras da Copa, para fins de otimizar recursos públicos. Se nós tirarmos essas pessoas do aluguel social, nós teremos recursos públicos que poderão ser utilizados em outra rubrica. Essas três questões. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Secretário Elizandro, é uma satisfação poder recebê-lo. Eu quero, novamente nesta tribuna, saudar a importância dos Secretários que vêm aqui rotineiramente prestar contas, dividir com esta Casa as dificuldades. E nós, cumprir o nosso papel de cobrar, de intermediar, fazer com que as coisas aconteçam.

Vossa Excelência fez uma apresentação, e eu disse: mas é apenas um quarto de toda a sua responsabilidade na Administração Pública. Eu percebo o que está em seus ombros. Quero lhe desejar boa sorte e dizer que a minha passagem pela SMOV foi uma bela experiência. A gente sabe da importância que ela tem.

Acho lamentável que não aconteçam as assembleias do OP este ano. E nós vamos ver isso ao longo do ano, porque, por mais defeitos e problemas que ele tinha, e já apontava, era o grande espaço para grito da cobrança, para a presença das comunidades. Quero citar isso porque talvez o Governo não tenha se dado conta. O Ver. Adeli vai apresentar aqui uma frente parlamentar em defesa. Acho que tudo o que a gente constrói ao longo dos anos a gente tem que renovar, estava no momento, só não acho que encerrar, não deixar que as plenárias aconteçam, encerrar, não, as plenárias, acho prejudicial, acho que a gente perde, a cidade perde, e as comunidades irão perder. V. Exa. mostrou aqui, são quase quarenta vias da CAF. V. Exa. está tendo oportunidade de acompanhar, 44 vias, foram longos anos de trabalho em projetos, enfim, o Prefeito Fortunati lutou muito para que tivesse esse recurso porque sabíamos que do Tesouro do Município não teríamos. Imagine o prejuízo para essas comunidades se as plenárias, mesmo com as suas dificuldades, não estivessem ocorrendo. Quero dizer isso, deixo aqui registrada a minha posição, acho que o Governo tem que rever essa posição, acho que temos que fortalecer a participação popular, não diminuí-la. Os recursos estão escassos? Estão, mas a gente pode, sempre com a participação, sempre reforço e gosto de dizer, as nossas audiências públicas aqui na Câmara são o grande momento, embora as pessoas venham às reuniões muitas vezes com as suas posições formadas, mas é o momento em que a comunidade se encontra e faz um belo debate. Então, desejo a V. Exa. um belo trabalho, você tem aí pela frente um desafio muito grande, que é finalizar essas obras de grande impacto da Cidade, são obras que ficarão na história, são legados para a história, são caras, mas são de extrema relevância para a vida da nossa população. Quem sabe se nós aqui estivéssemos fazendo uma lembrança de um passado recente, imaginem a Edvaldo não estar duplicada? A Padre Cacique, os corredores de ônibus não estivessem já com o novo pavimento em concreto? Se não tivéssemos o "X" da Rodoviária finalizado, se não tivéssemos o viaduto da Bento concluído, quanto atrapalhou a vida de todos nós, mas o quanto é importante hoje na mobilidade da Cidade. Enfim, fazer obra pública não é nada simples, é ter muita coragem. O momento oferecia aos Municípios recursos, o

Prefeito Fortunati apresentou, teve a coragem de fazer. Não tenho a menor dúvida de que nós iremos, com muito esforço, acho que o Governo vai acertar, a crise que chega aos Municípios é muito grande, a diminuição dos repasses da União e do Estado afetaram drasticamente os recursos e isso tem impactado. Eu tenho certeza de que essas obras serão finalizadas e irão melhorar a vida de todos nós, principalmente no que diz respeito à mobilidade. Então, eu deixo aqui... eu acho que V. Exa. tem que voltar a esta Casa, o assunto Carris merece um belo debate. O DMAE não é problemático, tem sempre uma receita superavitária e permite que os investimentos aconteçam. A EPTC tem os seus problemas, e eu acho que V. Exa. tem que voltar aqui para tratar desses assuntos porque estão prementes no dia a dia da Cidade e são assuntos que voltam ao nosso debate. Então, venho aqui desejar, pela nossa bancada, eu sei que a sua missão é dura, mas V. Exa. tem competência e maturidade para ocupar o cargo que está ocupando.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nobre Presidente, eu queria saudar também a Mesa, o Ver. Elizandro Sabino que é nosso colega Vereador e que hoje está em uma Missão no Executivo. Andando pela Cidade, nós somos perguntados, a todo momento, sobre algumas obras que estão dando, diria certa confusão ou impacto na Cidade. Eu pergunto como está o andamento do projeto de execução, o término da obra da entrada da Cidade, ali perto do aeroporto? Porque, de fato, há muitos anos vem criando sérios problemas para todos nós, porto-alegrenses, que chegamos na nossa Cidade. A segunda questão é a do Largo dos Açorianos. Primeiro o orçamento foi de 3,4 milhões, depois foi para 4,8 milhões, enfim, quanto vai ser essa obra e quando será concluída? Afinal, o Largo dos Açorianos é um cartão postal da nossa Cidade. E a terceira questão é a do Orçamento Participativo; nós sabemos que a participação das pessoas no Orçamento Participativo demanda obras que são da vida do cidadão: uma unidade de saúde, uma pavimentação. O Orçamento Participativo é um projeto que dialoga com a periferia da Cidade, principalmente, como vai ser feito? Afinal de contas, esse ano o Orçamento Participativo parou? E essas obras demandadas não perdem a prioridade, continuam no ano subsequente. Qual é a visão do Governo em relação a isso. E a outra questão é a das

obras estruturantes; o próprio Ver. Mauro Zacher falou, que são esses do recurso do Governo Federal, obras da Copa. O atual Prefeito dizia em campanha: “Por que parou, se tinha dinheiro e o dinheiro é recurso federal?” Então, agora nós repetimos: “Por que parou e estão paradas?” Esse recurso foi congelado? O Governo pretende retomar as obras? Qual é a previsão? Seja bem-vindo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; em nome da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, quero parabenizá-lo, Secretário, pelo trabalho que o senhor vem realizando, que orgulha o PTB. Quero parabenizar também o Prefeito Marchezan pela escolha, o que coloca essa Secretaria tão importante para a vida dos porto-alegrenses no rumo certo, com um Vereador experiente, que está se dedicando de corpo e alma para dar continuidade a projetos e obras importantes construídas na gestão passada, tudo com o respaldo do Prefeito Marchezan, e, também, para iniciar novos projetos que atendam melhor à necessidade, principalmente, daquelas pessoas que mais precisam, o que é o foco, o norte, o ideal do nosso partido, o Partido Trabalhista Brasileiro.

Eu o parabenizo pelo seu esforço no sentido de fazer com que as verbas do CAF, as verbas da Copa... Esses projetos que precisam ser realizados, como a orla do Guaíba, como as obras de pavimentação, ambas com recursos do CAF, possam ser agilizados. A orla, sem dúvida alguma, vai fazer com que Porto Alegre se torne uma grande referência turística, com um grande potencial turístico, o que vai melhorar a economia da nossa Cidade. As pavimentações são aquelas que vão atingir não só as vias de grande circulação, mas também as demandas do Orçamento Participativo e as demandas das pessoas que mais precisam. Fico muito feliz em ver como o Secretário Elizandro Sabino tem atendido aos Vereadores, com humildade, com respeito, procurando articular e garantir as demandas justas para a Cidade. É através de uma condução da Secretaria, com esse perfil, com esse estilo, que vamos conseguir avançar muito na questão de infraestrutura e mobilidade urbana na nossa Cidade. Gostaria também de dizer que essas obras da Copa, que estão sendo concluídas com muita dificuldade, mas com o extremo

afinco do Secretário, buscando solucioná-las, vão ao encontro do que Porto Alegre precisa: desenvolvimento com justiça social. Temos que trabalhar para todos, para fazer justiça para todos, e é assim que está sendo conduzida essa Secretaria tão importante, onde o Partido Trabalhista Brasileiro se sente honrado em estar capitaneando, Secretário Sabino, só um reparo quanto ao que a Ver.^a Sofia falou, eu que realmente atuo, há muito tempo, desde 1999, no Humaitá-Farrapos, aluguel social e habitação não são de responsabilidade do Secretário Sabino. Sobre o aluguel social e a habitação, quem deve responder, é o novo Diretor de Habitação, o Dr. Mário Marchezan e a Secretária Paludo – só para deixar claras as competências. O aluguel social da Av. Tronco e as suas habitações não são de responsabilidade da Secretaria de Mobilidade Urbana e Infraestrutura, mas, sim, do DEMHAB. Então, o assunto da Humaitá-Farrapos, da Vila Liberdade, não tem nada a ver com a competência do Secretário Sabino. O que compete ao Secretário Sabino quanto à Av. Tronco – e o Ver. Adeli Sell é testemunha, quando convidou o Secretário para ir lá –, toda parte da pavimentação está muito bem tratada, muito bem agilizada, e com muito esforço para que seja concluída. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Secretário que está aqui nos visitando hoje, querido Colega Sabino; Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu não precisava e não devo fazer elogios a um colega competente, todo mundo conhece. Eu escutei a Ver.^a Sofia querendo saber muitas coisas e fez muitas perguntas, perguntas essas que, quando o Partido dela governava, eles disfarçavam que escutavam o Orçamento Participativo, faziam de conta. Agora, eu pergunto para a Ver.^a Sofia: ela pediu para arrumar a Av. Protásio Alves, que atende a uma multidão de pessoas, que atende as vilas todas, que atende a Bom Jesus, o Morro Santana; que atende quem vem de Viamão, que atende todo mundo? A Ver.^a Sofia perguntou alguma coisa ou pediu para se fazer esse asfalto? Não, não pediu. E também eu tenho certeza que essas vias, que estão sendo pavimentadas, são do interesse público, do interesse de todos nós; são espinhas dorsais que alimentam a Cidade. Nessas linhas passam milhares de ônibus no dia a dia; por onde milhares de pessoas circulam. Então, desculpe-me, Secretário, mas já me antecipo à sua

resposta, dizendo para a Ver.^a Sofia que fique tranquila, porque ela não vai precisar estragar nada. Até a Rua Dona Eugênia é um caminho bom, e como ela mora na Bela Vista, mora bem – eu gostaria também de morar no bairro Bela Vista, mas não consigo. Então, a Ver.^a Sofia que fique tranquila, porque logo, logo ela vai passar numa via asfaltada também ali. Vereador e Secretário Sabino, tenho certeza que V. Exa. vai fazer um bom trabalho lá, até porque tem a experiência dos seus colegas, que não podemos esquecer, dos dois grandes Secretários, que foram o Maurício Dziedricki – hoje Deputado –, e o nosso Presidente da Câmara, que foi Secretário da SMOV. Tenho certeza que V. Exa. se socorre deles muitas vezes, e faz muito bem. Acho que aqui nós temos que torcer para que o nosso colega consiga fazer mais em menos tempo. Sucesso.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Valter Nagelstein, na condução dos trabalhos neste momento; cumprimentar o querido colega de Bancada e hoje Secretário da Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Elizandro Sabino; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara; eu não poderia, no comparecimento do Ver. Elizandro Sabino, agora como secretário, não fazer uma manifestação. Primeiro, de elogio à coragem pelo desafio. O Ver. Elizandro Sabino estava já programado para presidir a Casa este ano, era o candidato do PTB; desafiado que foi, aceitou a convocação do Prefeito Marchezan e também do nosso partido, o PTB, para ficar à frente dessa importante área que eu já dirigi, o Ver. Mauro Zacher já dirigiu. Na verdade, o Vereador tem toda a SMOV, menos a iluminação pública, mais DMAE, DEP, Carris e EPTC. Então, realmente, dentro dessa nova estrutura de administração, são muitas responsabilidades.

Eu vou comentar algumas das questões mais atinentes à antiga SMOV, que é o que o secretário nos trouxe aqui, e eu sempre relembro, quando entramos na pauta das obras de infraestrutura, que, junto com o Ver. Bosco, que foi Secretário da Copa, a gente acabou apelidando essas obras, Ver. Paulinho Motorista, como obras da Copa; aliás, elas

foram, num primeiro momento, assim apelidadas, mas, dentro da matriz de responsabilidade que a Cidade precisava cumprir para receber o evento Copa do Mundo, estavam essas obras de mobilidade, que são importantíssimas para a Cidade e que já deveriam, inclusive, ter acontecido há muito mais tempo. Dentro dessas obras de mobilidade tem uma grande obra que não está a cargo da secretaria do Ver. Elizandro, como bem referiu o Ver. Luciano Marcantônio, que é parte da habitação. Por exemplo, a Av. Tronco: a parte de habitação é muito superior à questão da mobilidade, são 1.625 famílias ali na Tronco.

Outra questão que eu gostaria também de destacar é que estas obras foram, na primeira matriz de responsabilidade, financiadas em parte. Porto Alegre aumentou o número de obras porque conseguiu financiar a contrapartida. Então o valor inicial é 100% financiado: parte pelo plano de mobilidade, parte financiada pela Caixa Econômica Federal, só que se passaram muitos anos, cinco ou seis, de algumas obras, e o incremento de aditivos – isso já foi demonstrado pelo Secretário da Fazenda – anuais que corrigem pela inflação, esses os financiamentos não pagam. Então, há alguns levantamentos que chegam a quase R\$ 200 milhões em valores que faltam, extrafinanciamentos, para se terminar, Ver.^a Nadia, essas obras. Então são soluções, são buscas que nosso Secretário Elizandro, junto com a equipe de Governo, está buscando para que tenhamos, no mais curto espaço de tempo, essas obras finalizadas, que vão, sim, ficar como legado para a Cidade, ao longo da sua existência. Muito obrigado, um grande abraço, muito sucesso, querido colega, Elizandro Sabino.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Elizandro Sabino está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras direcionadas a este Secretário. Quero registrar a presença da Ver.^a Mônica Leal e da Ver.^a Comandante Nádia, a qual agradeço pela visita que me fez na Secretaria, ocasião em que falávamos a respeito deste momento, não é Vereadora?

O Ver. Nedel fala sobre a questão da Frente Parlamentar de Turismo – Frentur, e também a respeito do ancoradouro. A partir do momento em que o Ver. Nedel encaminhou esta questão, já, de imediato, encaminhamos ao fiscal das obras da orla para que nos desse uma posição a respeito da possibilidade de nós estarmos liberando, talvez até mesmo antes do prazo, aquele local. Então, isso já está sob análise, assim que tivermos uma posição, e falávamos com o Ver. Nedel ainda na semana passada a respeito desse assunto, daremos um retorno ao Vereador e a esta Casa, Presidente.

O Ver. Mauro Pinheiro também fez aqui a observação das obras da R. Felipe Camarão e Av. Adelino Ferreira Jardim. Eu estive no local, e realmente há uma preocupação das pessoas, porque, quando ali alaga, a água chega até a cintura de algumas pessoas. São obras estruturais, algo em torno de 150 metros. Existe uma complexidade, algo em torno de 5 metros de profundidade, como V. Exa. disse, e realmente há estudos, entretanto, pela complexidade financeira, nós temos uma restrição, no que diz respeito ao DEP, numa previsibilidade de curto prazo. Mas é uma medida que se impõe naquele local em virtude de que muitas casas são atingidas. Já está na pauta da Secretaria esse ponto, e que bom que V. Exa. pôde trazer à tribuna essa questão, que realmente é de muita importância. Vossa Excelência falou também sobre a questão da Av. Severo Dullius. A empresa notificou, há duas semanas, que iria parar a obra; notificou, inclusive, a questão da retirada do canteiro de obras. Nós estamos numa dificuldade muito grande, até porque a Severo Dullius é uma obra que se reveste de uma complexidade desde a sua origem, questões ambientais na SMAM, que já foram superadas, mas o resultado, pelo fluxo de veículos e ônibus que acessam Porto Alegre pela Av. dos Estados e pela BR-116, a Severo Dullius será uma obra em que, na sua conclusão, nós teremos um resultado muito eficaz. O custo daquela obra é de R\$ 69 milhões, é uma obra que teve o seu início em setembro de 2015, portanto a previsibilidade do término seria em dezembro de 2017, em que pese essas circunstâncias, nós teremos dificuldade de conclusão em dezembro deste ano. Nós temos dialogado com as empresas do consórcio formado pela CC Pavimentadora, Toniolo Busnello e Procon, e estamos realmente ali num grande desafio por causa também de pendências de pagamentos do Tesouro. Nesse sentido, é uma obra de grande complexidade, estamos acompanhando *pari passu*, Ver. Mauro Pinheiro, e, diante as novidades que surgirem no processo, vamos estar comunicando a V. Exa. também.

O Ver. Adeli Sell falou aqui a respeito das obras da Av. Protásio Alves, da questão do horário, fazendo essa interface na questão mobilidade e a Secretaria de Infraestrutura. Realmente, Ver. Adeli, nós percebemos que é uma conexão extremamente direta, a partir do momento que você estabelece o cronograma da obra no seu início, a interlocução com a EPTC é imediata não somente na questão da sinalização, mas na leitura no que diz respeito também à análise do momento do fluxo e contrafluxo. Ou seja, quando as pessoas estão vindo para o Centro, a obra deve se realizar no sentido contrário. É nesse sentido que eu tenho falado e trabalhado. Houve algumas dificuldades, inclusive um dia fomos alertados pela imprensa. Muito cedo pela manhã, eu estava indo para a Secretaria e ouvi a repercussão na imprensa de que a obra estava sendo realizada no sentido do fluxo Centro-Bairro. De imediato, nós contatamos com a responsável pela Divisão de Conservação em Vias Urbanas, da Secretaria de Obras ou de Infraestrutura, e a obra foi interrompida para dar continuidade no sentido do contrafluxo. Então, V. Exa. pontua algo que é de relevância, e temos tido esse cuidado. É claro que uma situação específica gerou um verdadeiro caos, porque ia no sentido em que não deveria estar sendo realizada.

A Ver.^a Sofia Cavedon faz referência a respeito de como será o processo decisório para a realização das obras. No que diz respeito às obras da Copa e às obras da Cidade, nós estamos estabelecendo um critério para que possamos trazer à luz desse critério, e isso vamos fazer de forma muito cristalina, uma pontuação, onde serão avaliados fluxo, vias arteriais, etc., para que possamos, através desses critérios, estabelecer as prioridades e também invocar o caráter da excepcionalidade. Isso no que diz respeito a pagamento de obras, e aí pagar de forma isonômica, distribuir a realização dos pagamentos dentro de uma previsibilidade do caixa, e, assim, invocar o caráter da excepcionalidade. E aí pulo, Ver. Mauro Zacher, para já responder a V. Exa. no que diz respeito à trincheira da Av. Ceará. Quando V. Exa. fala a respeito da entrada da Cidade, é a trincheira da Ceará, uma obra que iniciou em janeiro de 2013, portanto, uma transposição de 75 mil veículos/dia. E nós temos ali, hoje, uma obra que está a 10% de ser concluída, e são questões eminentemente de pagamento que estão segurando o bom desempenho e a conclusão daquela obra. Nesse sentido, vamos estabelecer, portanto, através desses critérios, que será de forma cristalina, vamos dialogar com todas as empresas. Eu tenho a informação de que nas obras da Copa, por exemplo, hoje são 19 empresas, 14 consórcios e 11

empresas líderes de consórcio. Ou seja, eu sentando com onze pessoas, resolvo a questão de todas as obras da Copa, no que diz respeito à interlocução financeira, ajustes e critérios, de forma cristalina, isonômica, invocando a excepcionalidade para pagamento. O Ver. Mauro Zacher pontua aqui a questão que também foi acelerada pelo Ver. Oliboni, no que diz respeito ao Orçamento Participativo, a Ver.^a Sofia também levantou a questão de quais seriam os critérios de requalificação ou para melhoria de vias. Quais são os critérios? Nós iniciamos pelas vias arteriais, as coletoras, onde há grande circulação viária, transporte público e, após, em direção a vias de trânsito local. O objetivo sempre é garantir a normalidade e fluidez do trânsito. Então, nesse sentido, esses são os critérios estabelecidos. E sempre quando um Vereador perceber que uma rua ou que algum local em que passe por ali transporte público e tenha dificuldades na fluidez do trânsito, nos passe a informação para que possamos, então, efetivamente, estar colocando dentro das demandas que chegam, também através do 156, à Secretaria e possamos estar fazendo a análise de todos os casos.

Ao Ver. Luciano Marcantônio a minha palavra de agradecimento, que fala em nome dos colegas da bancada; ao Ver. Cassio Trogildo, nosso Presidente, também muito honrosa a palavra; ao Ver. Paulo Brum, ao Ver. Dr. Goulart, ao Ver. Idenir Cecchim também quero agradecer a sua manifestação. Agradeço a atenção de todos os senhores e coloco-me sempre à inteira disposição. E quando o Ver. Mauro Pinheiro diz que tenho que retornar a esta Casa para falar a respeito de outras questões, como Carris, a própria EPTC, é claro, estamos à inteira disposição e vamos fazer isso. Muito obrigado, um forte abraço a todos os senhores. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Sr. Luiz Braz, ex-Presidente desta Casa, por muitos e muitos mandatos. Seja sempre muito bem-vindo à sua Casa, será sempre muito bem acolhido aqui. Registro também a presença do Coronel Fraga e do Coronel Bonete, que nos acompanham nas galerias, sejam muitíssimos bem-vindos.

O Líder do Governo me informa que a Secretaria Paludo está agendada para vir a esta Casa na próxima quinta-feira, então, teremos oportunidade de tratar das questões atinentes à área da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h54min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h55min) Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Rodrigo Marino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, colegas, funcionários, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias. Eu hoje venho de forma muito indignada, Cláudio Janta, meu querido amigo, Ver.^a Mônica – inclusive, depois, vou encaminhar uma Moção de Repúdio aqui pela Câmara e tenho certeza de que vou poder contar, nessa batalha, com todas e todos os colegas, André, Bosco, Cecchim, Adeli, enfim, com todos os Vereadores – relatar uma das histórias mais tristes que pude vivenciar e ver com os meus olhos. Para quem não conhece esta moça que está aqui atrás, ela saiu na Zero Hora há cerca de uma semana e meia, ela é uma das maiores protetora do País e reúne o maior número de animais do País. Inclusive o Prefeito tem que ir conhecê-la, pois ela sustenta, de forma voluntária, o mesmo número de animais que a Secretaria sustenta com R\$ 1 milhão de orçamento por ano, que é a protetora Shana. É uma das pessoas com a história de vida mais bonita que eu conheço, a primeira protetora da qual virei amigo aqui na cidade de Porto Alegre. Para quem não sabe a história da Shana, ela é mulher, travesti, portadora de HIV, e há 30 anos convive com a doença e com essa realidade. Pois bem, o sítio dela foi homenageado pelo jornal Zero Hora e teve quase dez mil compartilhamentos na internet. Essa mulher vive de doação, pois pessoas abandonam animais diariamente na frente da casa dela. Ela cumpre um papel inclusive de órgão público, porque ela poderia ser considerada por si só uma secretaria. Ela mora na entrada de Viamão, entre a divisa de Viamão e Porto Alegre, e, na última semana, vem sofrendo homofobia por parte de uma pessoa da qual eu nem vou citar o nome. Vou promover uma moção de repúdio, vou à Comissão de Direitos Humanos aqui da Câmara, e vou levar, Cecchim, com o apoio do Ministério Público, homofobia, crime de ódio, de intolerância. Nós temos todas as cópias, estamos inclusive, junto com uma advogada que trabalhou na Secretaria Especial de Direitos Animais, com as provas, há pessoas dizendo que vão colocar fogo lá, inclusive nos animais, pessoas

dizendo que ela tem que ser morta, esvaçalhada... Alguém acredita que isso é possível?! Em que nível chegou a espécie humana! Que lamentável isso! E eu digo que ela vive com muita dificuldade, mas me ligo centenas de vezes, de madrugada, para que um bicho não morresse. Centenas de vezes! Eu vi ela passar 15, 20, 30 dias dando leite na boca de gatinhos que tinham sido largados na frente de sua casa para que eles não morressem! Vocês podem ver no Facebook dela, há animais com cinomose, que é uma doença fatal, cara de ser tratada nas clínicas veterinárias, e ela leva para a cama dela para tratar o animal durante o dia e a noite. E vocês sabem o que é juntar cocô de 300 animais por dia? Juntar pêlo, sangue? E ver o sítio limpo, Janta? E essa pessoa falar que ela é um travesti, que não tem condições de cuidar de animais! Eu quero perguntar, e me coloco aqui incluso: quem trocaria a sua vida para ter a vida dela? Quem, com uma doença fatal, que pode morrer com um arranhão ou ao pegar uma doença, largaria a própria saúde para cuidar de animais? Fico indignado! E eu quero dizer o seguinte: eu boto o meu mandato fora aqui se eu não levar até as últimas consequências, porque, contra mim, eu não estou nem aí; contra mim ou contra político, não estou nem aí, nós podemos nos bater. Agora, contra uma protetora, com esta história de vida, que ficou embaixo de uma ponte... Sabe como ela ganhou o sítio dela? Uma aeromoça passou, se sensibilizou em ver um indivíduo embaixo de uma ponte, com cem animais amarrados numa corda, e há sete, oito anos, ela ganhou o sítio dela... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Então, eu quero dizer, de forma muito emocionada, que esta "indivídua", que eu não considero um ser humano, porque, para mim, não me venha com o papo de que gosta de animais, se maltrata pessoas que gosta de animais, se maltrata uma pessoa que nessas condições cuida de animais; uma pessoa que faz isso por ciúmes, por inveja tem que ser levada até as últimas consequências. E eu peguei uma frase que diz o seguinte: mesmo que dê processo cível, mesmo que o Ministério Público criminalize, essa mulher merecia receber todo o dinheiro do mundo por tudo o que faz. Mas o que a gente quer, como um pedido de desculpas por essa "indivídua", que eu não considero um ser humano, é a mudança de comportamento. Meramente a mudança de comportamento e muito respeito, porque, se o mundo tivesse dez Shana, a coisa estava muito melhor resolvida. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Lino Zinn está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LINO ZINN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a todos, novamente é um prazer falar nesta Casa para vocês. Hoje, no mesmo dia em que eu tenho o privilégio de estar aqui com os colegas, nesta mesma Casa, hoje à noite, vamos receber uma condenada. Exatamente, senhores, hoje à noite, a Casa receberá uma condenada pelo crime de responsabilidade fiscal no Congresso Nacional. Mais do que a condenação da Dilma Rousseff, eu quero aqui falar do legado deixado por ela para nós, brasileiros. Iniciativas de Dilma Rousseff, diretas, como a nova matriz econômica, com juros artificialmente baixos e muito crédito abundante nos bancos públicos, o controle artificial de preços da gasolina e da energia, financiamento de obras bilionárias no exterior, e o financiamento de ditaduras, como Angola, Cuba, Zimbábue, Venezuela e Congo. A política dos campeões nacionais, criando concentração e distorção de mercado, deixou como consequência para nós todos, brasileiros, uma retração social e econômica e a maior crise já vivida na história deste País: inflação, dívida crescente, 12,9 milhões de desempregados. São os números oficiais. Número que só contabiliza quem está procurando emprego. Se contabilizarmos quem já desistiu de procurar emprego, esse número pode chegar a 20 milhões de desempregados. Daí, eu pergunto para os Srs. Vereadores: isso é cuidar dos pobres, Ver. Cláudio Janta? Deixar como legado de um governo 20 milhões de desempregados é cuidar dos pobres? Também, como legado de Dilma, ficamos com o seu companheiro de chapa do PT no comando do Brasil, o Vice-Presidente Michel Temer. Vice de Dilma e hoje Presidente, Temer, ontem à noite, anunciou o fim da desoneração da folha de pagamento, que, na prática, é aumento de imposto, justamente no período quando temos o maior nível de desemprego da história. O Brasil já lidera o *ranking* dos países com o pior retorno sobre os impostos pagos, há alguns anos. Aumentar imposto é o pior que um governante pode fazer! Quem paga essa conta é o cidadão. Com o fim da desoneração, a gente vai perder mais emprego e poder de consumo; é mais dinheiro na mão do Governo.

Sra. Dilma, que estará aqui nesta Casa hoje à noite, veja o seu legado, eles são um fardo duro demais para os brasileiros! Agora, em 2018, Sra. Dilma e Sra. Sofia Cavedon – que

fez o convite para a ex-Presidente estar aqui – peço um favor: façam algo de bom para o País. Sra. Dilma, faça algo de bom em 2018: não se candidate a nada! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulo Brum está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; dia 2 de abril, no próximo domingo, é o Dia Mundial e, lei aprovada nesta Casa, Dia Municipal de Conscientização sobre o Autismo. Uso esse período para fazer a divulgação de que o Autismo e Vida, que é uma instituição de Porto Alegre e que atua em todo o Estado do Rio Grande do Sul, desde 2011, organiza um evento especial para esta data. Agora em 2017, as atividades gratuitas alusivas ao Dia Mundial e ao Dia Municipal de Conscientização sobre o Autismo serão realizadas no dia 2 de abril, no Parque da Redenção, em Porto Alegre, no horário das 9h às 13h. No domingo, a equipe de voluntários do Instituto Autismo e Vida estará reunida na Redenção para que toda a comunidade possa informar-se melhor e dividir experiências sobre o autismo. Serão ministradas palestras sobre a conscientização do autismo, atividades inclusivas para as crianças durante o evento. Logo após, uma concentração da Caminhada Azul está sendo programada para iniciar-se às 11h. E a programação do Dia A, como é chamado: às 9h, início das atividades recreativas com as crianças, palestra “Compreendendo o autismo”, com Renata Bonotto; às 9h30min, palestra “Inclusão escolar”, também com a professora Renata Bonotto; às 10h, palestra “Estratégias de regulação emocional no autismo”, com Cláudia Zirbes, e também Hora do Conto; às 10h30min, “Autismo e medicação”, algumas noções, com Luciana Bridi; às 11h, concentração para a Caminhada Azul, com início previsto para as 11h20min; 12h30min, conversa e acolhimento aos novos sócios; e às 13h, encerramento das atividades sobre o Dia Mundial e o Dia Municipal de Conscientização sobre o Autismo. Será feito, portanto, no Parque Farroupilha, na Redenção, na Avenida José Bonifácio, quase esquina com a Rua Vieira de Castro, no Bairro Farroupilha. Em conversa, hoje pela manhã, a Diretora Marilene nos informa que a venda de camisetas será feita no local para aqueles que queiram participar e contribuir com o Instituto Autismo e Vida.

Lembrando que o autismo não é uma doença, autismo é uma deficiência. Sr. Presidente, esse é o relato que nós fazemos sobre o Dia Mundial e o Dia Municipal que foi aprovado por esta Casa e sancionado, portanto, Porto Alegre tem o Dia Municipal de Conscientização sobre o Autismo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Dr. Goulart (Requerimento): Presidente, na noite passada, perdemos um dos maiores escritores do Rio Grande do Sul, João Gilberto Noll, que escreveu obras como o Harmada e Atlantic Hotel, que depois foram transformados em filme. Solicito um minuto de silêncio e, após, fosse informado à sua família a homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Cássio trogildo): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde aos colegas e ao nosso Presidente, Cássio Trogildo. Eu assumi um compromisso, no último debate realizado na Rádio Guaíba, do qual participaram o Ver. Roberto Robaina, a Ver.^a Sofia Cavedon e o nosso Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta, de trazer aqui ao plenário não só o resumo de acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado no processo tarifário do transporte coletivo por ônibus, em 2017, como também o documento da inspeção especial que o nosso Prefeito Nelson Marchezan pediu ao Tribunal de Contas no acompanhamento do processo da tarifa de ônibus. Alguns Vereadores vêm, vamos dizer assim, por desconhecimento, não vou dizer que falando inverdades, mas acho que é por falta de informação, então eu trouxe o relatório, e tomei o cuidado de imprimir uma via para cada Vereador. Eu não posso deixar de saudar o esforço do Tribunal de Contas no acompanhamento desse processo, também o esforço do Presidente Marcelo Soletti, da EPTC, e de sua equipe, da Giovana e do Márcio, que foram incansáveis na tarefa desta inspeção, de dar ao Tribunal de Contas a pronta resposta a todos os cálculos e planilhas,

e tudo está disponível no site da EPTC, inclusive o processo completo, que tem mais de mil páginas. Então eu trouxe aqui o resumo e o documento do Tribunal de Contas, que vou disponibilizar a cada Vereador. E parabéns pela transparência total neste processo, todos nós gostaríamos, com certeza, de não ter que aumentar nada, nenhuma tarifa, nenhum imposto, mas tivemos um aumento aí, foi para R\$ 4,05. Todo o processo foi acompanhado pelo Tribunal de Contas, e eu não poderia deixar nenhuma dúvida aqui para que algum colega possa ir a alguma emissora ou algum lugar dizer que o Tribunal de Contas não acompanhou ou que está meio transparente. A transparência no nosso Governo é total, não existe transparência pela metade. Como diz o Ver. Dr. Thiago aqui: “não existe meio grávida”. Então era o que constava, Presidente. E o material está à disposição para quem quiser pegar cópia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nadia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa-tarde, Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras desta Casa. Venho, em nome da nossa Bancada do PMDB, do Ver. Idenir Cecchim, do Ver. Mendes Ribeiro, do Ver. André Carús, do Ver. Valter Nagelstein e em meu nome, principalmente por ser legitimada de onde venho, da área da segurança pública, entregar, Sr. Presidente, em suas mãos, o memorando da nossa preocupação com a segurança desta Casa Legislativa no dia de hoje, tendo em vista que, nas redes sociais, há um incitamento de invasão dos locais aqui da Casa Legislativa – hoje até foi comentado na Reunião de Líderes –, por isso trago esta fala para o plenário. Então, o incitamento de ocupação dos espaços, invasão do salão, enfim, é essa é a nossa preocupação com a segurança dos funcionários, com a segurança dos bens materiais aqui. Portanto, entregamos, Sr. Presidente, a suas mãos, essa preocupação, tenho certeza de que o senhor já o fez, de atender o pedido da nossa bancada de cuidar, de ter um olhar especial, com a segurança da nossa Casa, uma vez que também esta Vereadora encontrou nas redes sociais um aplicativo que ensinava as pessoas como chegar ao meu gabinete. Isso também me causou uma certa estranheza, até porque todas as pessoas são bem-vindas ao meu gabinete, mas estranhei, principalmente, ter ali

um aplicativo, que qualquer um dos senhores pode entrar, dizendo qual o ônibus a ser pego, qual é o tempo que leva de cada local aqui da Capital para chegar ao meu gabinete. As pessoas de bem, o cidadão de bem – e não tem nenhuma referência ao que o Ver. Prof. Alex falou outra vez, pelo contrário, crianças sabem o que bom e o que é mau – então, os cidadãos de bem são sempre bem convidados a chegar ao meu gabinete, mas não entendi, por isso faço esse pedido de um olhar atento para a Câmara como um todo, principalmente ao meu gabinete. Obrigada, Sr. Presidente, vou passar às suas mãos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, eu gostaria de poder ler a lista das entidades, das mulheres que estão organizando o evento de hoje. Se der tempo, eu vou ler. Hoje nós temos a alegria, e eu sei que obviamente é uma figura que é controversa, afinal é a ex-Presidenta da República, que sofreu *impeachment* por um movimento claramente coordenado por partidos políticos, que aqui estão representados. Em nenhum momento, o nosso convite à ex-Presidenta Dilma representou qualquer desafio à diversidade desta Casa; muito menos representou ameaça, seja de ocupar esta Casa ou ameaça a algum Vereador ou Vereadora. Eu queria deixar isso muito tranquilo para os senhores e as senhoras, que esta é uma atividade do final do mês da mulher, que está sendo organizada pelo meu mandato com uma grande série de entidades que, ao saber que a primeira participação da ex-Presidenta Dilma no Rio Grande do Sul seria na Câmara Municipal de Porto Alegre, tem uma vontade muito grande de ouvi-la, assim como ela está indo palestrar em Genebra, na Europa. Aliás, vai fazer a aula inaugural das Ciências Políticas da UFRGS, em 2 de maio, depois de privilegiar a Casa do Povo de Porto Alegre, a Câmara Municipal.

Eu creio que há controvérsias quanto a ex-Presidenta da República ter cometido ou não ter cometido crime. Nós temos uma última auditoria que saiu no Senado, mostrando que os atos que foram praticados por ela são todos conhecidos, claros e transparentes, acompanhado do Tribunal de Contas, do Tribunal Federal. Houve, sim, obviamente, uma

maioria que praticou o impeachment e que empossou o Vice-Presidente. Eu vou me permitir dizer que houve golpe neste País, metade da população brasileira tem ido às ruas e, amanhã, às 18h, vai mostrar que está contra o golpe que continua acontecendo, que é o golpe contra as aposentadorias do povo brasileiro, contra os direitos trabalhistas, essa flexibilização exacerbada dos direitos dos trabalhadores, da CLT. O que é a larga e absoluta terceirização se não um golpe aos direitos de quem vive a força do trabalho? O que é a venda da riqueza do petróleo e do pré-sal, que tira a soberania do povo brasileiro? Nós discordamos dessas políticas, e elas estão sendo executadas em função de um golpe parlamentar, sim, midiático e jurídico que foi aplicado.

Mas não é esse o tema que traz a ex-Presidenta Dilma hoje. O que traz a ex-Presidenta Dilma hoje ao plenário é a democracia e as mulheres, as políticas públicas necessárias para alterar a vida das mulheres, as políticas públicas que o Brasil ainda não tornou reais para que as mulheres não sejam assassinadas, não sejam estupradas, não sejam violentadas, para que não tenham salários menores que homens, para que não tenham condições menores de acesso à liberdade do seu corpo, da vivência da sua sexualidade. Além disso, a presença das mulheres na política – somos só quatro mulheres neste Parlamento.

Nós sabemos o que viveu a Dilma, que representa para uma grande massa do povo brasileiro mais renda; mais moradia, através do Minha Casa, Minha Vida; mais saúde, através de políticas como o Mais Médicos; mais acesso à universidade. Milhares de jovens, meninos e meninas da classe média, trabalhadores e da classe alta do Brasil, foram ao exterior estudar através do Ciência sem Fronteira, programa que foi encerrado pelo Governo Temer. Isso a Dilma vai deixar na memória dos brasileiros e das brasileiras, vai constar na história do Brasil, e ela é chamada no mundo inteiro para falar dessa experiência, controversa ou não, com disputa política ou não. Nós nos orgulhamos da coragem dessa mulher, que nos inspira, principalmente, pela coragem. Se foi atacada porque é de um partido político, porque tem programas que se contrapõem aos privilegiados de sempre, ao rentismo e ao capitalismo, ela foi massacrada, debochada, humilhada e descaracterizada na sua condição de governante mulher pela sua condição de mulher, sobre seu aspecto físico, sobre suas palavras, sobre seu comportamento...

Portanto, nós nos inspiramos na Presidente Dilma pela coragem, pela dignidade, pela capacidade como enfrentou o Governo, como se elegeu duas vezes Presidenta da

República e como sofreu o *impeachment* de maneira injusta. Teremos essa palestra que fecha o Mês das Mulheres. Obrigada pela parceria de tantos grupos de ONGs de mulheres. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, há pouco vieram os representantes do Governo Municipal, e acho que temos uma situação se agravando em Porto Alegre. Quero chamar a atenção para isso, porque, caso contrário, a Câmara de Vereadores não percebe que nós temos um quadro em que logo, logo vamos viver um conflito social intenso na Capital. Em Cachoeirinha, agora, está tendo um conflito importante por conta de um ataque do Governo Municipal aos servidores públicos. Por sinal, eles estão respondendo com muita força, com muita dignidade. O Prefeito Miki Breier, quando foi questionado sobre o ajuste que ele fez nos seus próprios vencimentos, disse que o seu salário de R\$ 27 mil poderia ser reduzido para R\$ 24 mil. Evidentemente, esse não é o ajuste que os servidores municipais de Cachoeirinha estão sofrendo, é muito mais grave. Foi deflagrada uma greve. Hoje, tivemos uma repressão muito dura com 15 feridos, com três presos, com a falta de acesso dos servidores públicos municipais da Câmara dos Vereadores.

Esse quadro em Cachoeirinha é só uma expressão particular de um fenômeno geral. Nós tivemos uma grave fortíssima dos servidores municipais de Florianópolis. E a política do Governo Municipal, aqui em Porto Alegre, o que está preparando é um conflito de grandes proporções. Nós vimos isso no início, com o ataque aos professores municipais, ao decreto que altera a rotina das escolas, o Governo está tentando derrotar os professores municipais. Nós vemos, também, uma tentativa de desmontar a Secretaria de Esportes. Nós temos visto um desprezo pelos setores mais populares da nossa Cidade, com a ideia de fechamento do Orçamento Participativo, de encerramento das assembleias este ano. Então é um quadro grave. Eu quero chamar a atenção, porque eu vejo que a Câmara de Vereadores tem que atuar de modo mais intenso sobre isso.

No caso específico dos professores municipais, eu vejo que os Vereadores do PMDB estiveram visitando escolas, do PDT também. Acho importante essa iniciativa. Nós também, do PSOL, do PT, o Ver. Matheus também, estamos fazendo isso, para que atuemos de modo mais efetivo a garantir a solução desse conflito, que é um conflito que está atrapalhando as comunidades. Quem visitou escolas percebeu que há uma intenção real dos professores municipais de garantir que as escolas municipais funcionem de modo correto. Só que o Governo está atrapalhando ao desenvolver esse conflito.

Eu queria chamar a atenção, porque essa é a lógica, uma lógica de conflito. Tanto é uma lógica de conflito que o Governo quer impor, que o Governo Municipal fez o ataque, por exemplo, ao PSOL, absolutamente injustificado, tentando fazer com que as lideranças do PSOL paguem R\$ 5 milhões pelo suposto prejuízo dos empresários privados das empresas de ônibus. Um ataque que é um tipo de medida que me lembrou o PSDB da Yeda Crusius, nós tivemos já um conflito muito grande com o Governo Estadual do PSDB, quando nós fizemos as denúncias de corrupção no governo, por sinal, a ex-Governadora, hoje, novamente começa a responder na Justiça por improbidade administrativa. E nós estamos vendo que o Governo Municipal, de novo do PSDB, está tentando causar conflitos que vão prejudicar a população de Porto Alegre. Nós, nesses conflitos, estamos ao lado dos professores, ao lado do Orçamento Participativo, lutando para que deixe de burocratizado o Orçamento Participativo, porque ele está extremamente burocratizado, mas nós não queremos que se percam canais de participação popular, por mínimo que sejam. Também estamos ao lado da população que não aceita mais tarifaço permanente, a passagem de ônibus para R\$ 4,05 e a lotação a R\$ 6,00 realmente é fazer com que o ajuste seja pago pelo povo. Nós queremos rejeitar essa lógica, por isso assumimos uma linha de oposição clara, não nos intimidamos com nenhum tipo de processo e chamamos a população a se organizar e a se mobilizar para defender os seus interesses. Isso vale para os educadores e vale para os bairros pobres da nossa Cidade, que estão desassistidos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para um Questão de Ordem.

O Sr. Valter Nagelstein: Sr. Presidente, é um requerimento que quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vou consultar a DL se pode ser feito no microfone de apartes ou se não tem que ser feito por escrito.

O Sr. Valter Nagelstein: Muito obrigado. Todos os Vereadores fazem requerimentos aqui todo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Por isso, Ver. Valter Nagelstein, que pedi para o senhor se aproximar, para verificar anteriormente, mas o senhor não quis. Então o senhor faça o requerimento. Se for antirregimental, declinaremos que é antirregimental.

O Sr. Valter Nagelstein: Muito obrigado, Presidente. Primeiro, dizer-lhe que eu não faria com V. Exa. o que fez comigo. Não lhe faria esperar 6 minutos, por uma questão de fidalguia e educação. Segundo, quero-lhe dizer, na condição de Vice-Presidente, que imagino que esteja aqui encarnando, na verdade, o interesse de todos. O senhor me perdoe, não quero me arvorar no seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Acabou o requerimento, Vereador?

O Sr. Valter Nagelstein (Requerimento): Sr. Presidente, a Ver.^a Comandante Nádia foi ameaçada. Quero requerer que a Procuradoria da Casa faça o registro policial em relação a essa ameaça que a Vereadora sofreu, até para fins de garantia da integridade física da Vereadora. E quero requerer ainda, portanto, este Requerimento estou solicitando a V. Exa., que detém aqui a representação da Casa, que seja feito em nome do Parlamento; ato contínuo a este Requerimento, abertura de um processo de averiguação para ver quem desenvolveu esse aplicativo, App, que concita, que chama as pessoas a virem ao gabinete da Vereadora, portanto, numa clara afronta ao direito constitucional da Vereadora de professar as suas opiniões, as suas ideias e as suas posições políticas. Portanto, há uma ameaça e um constrangimento que, atingindo a Ver.^a Nádia, atinge nós todos. Esses são os dois Requerimentos que estou dirigindo a V. Exa. Agradeço muito, Sr. Presidente, a generosidade do tempo aberto a este Vereador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Por favor, encaminhe por escrito os Requerimentos, que faremos todos os encaminhamentos possíveis e necessários.

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Eu queria solicitar aos Pares uma salva de palmas ao Conselho Municipal do Idoso, que completa 17 anos e que está presente aqui hoje. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoas que nos assistem, visto que a polêmica da questão do Mês da Mulher continua, como membro do Conselho Político da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Municipal de Porto Alegre, eu participei da elaboração das atividades do Mês da Mulher, na qual todas as quatro Vereadoras expuseram suas motivações para as indicações de nomes de palestrantes do seminário que estava programado e todos os nomes passariam por aprovação. E, em nenhum momento, vejam bem, o nome da Ex-Presidente Dilma Rousseff foi citado como palestrante pela Ver.^a Sofia Cavedon.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. MÔNICA LEAL: Eu peço que voltem ao primeiro painel. Foi quando eu e a Ver.^a Nádia constatamos que havia *folder* informando a participação da Ex-Presidente e nós, então, questionamos a Ver.^a Sofia por constar o nome da ex-Presidente sem o nosso conhecimento. Depois de uma conversa, ficou estabelecido que a Vereadora retiraria o nome da ex-Presidente desse seminário. Para nossa surpresa, manteve o evento com a Dilma nas dependências da Câmara, em imagem alusiva ao tema da mulher. Ela apresentou o nome da ex-Presidente, pedimos para retirar a palestra, e foi feito um novo *folder*, divulgando que não mais teria a palestra da ex-Presidente Dilma. Para nossa surpresa, foi elaborado um outro *folder* informando sobre esta palestra, que é este que os

senhores têm na tela, em que a Presidente da Procuradoria Especial da Mulher informa... e mais um outro *folder* informando as atividades.

Eu quero chamar atenção de todos que, em nenhum momento, nós, Vereadoras, como a Ver.^a Sofia tentou passar, estamos aqui falando mal de outra mulher. Não. O nosso posicionamento contrário à realização dessa palestra se deve a um único fato: fosse quem fosse a convidada, o procedimento adotado pela Vereadora não foi justo, não foi correto em momento algum. Por isso eu protocolei a minha retirada da comissão, eu saí porque eu não atuo dessa forma. O que nós não compactuamos é com a atitude. Nós, a Ver.^a Comandante Nádia e eu, levamos os nossos nomes para o consenso de todos, para a aprovação, e a Ver.^a Sofia disse que a palestrante dela não poderia vir, então, convidou outra sem o nosso conhecimento. A Presidente da Procuradoria Especial tomou essa atitude, mas a Procuradoria tem uma estrutura, tem um presidente, tem um conselho deliberativo, um conselho político – eu faço parte –, só que nós não fomos consultadas. Estão aqui as regras, é muito fácil, dizem tudo direitinho, é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, donde concluo que nós teríamos que ser consultadas. Não ocorreu isso. A nossa manifestação contrária não é a uma mulher, ou estamos falando mal de alguém: não, nós não compactuamos, a Ver.^a Comandante Nádia e esta Vereadora, nós não aceitamos esse tipo de atitude.

Aproveitando, Presidente, diante da polêmica surgida em razão do evento de hoje nesta Casa, o senhor anunciou que irá constituir uma comissão para apreciar sugestões de modificação na regulamentação da Procuradoria Especial da Mulher. De imediato, eu e a Ver.^a Comandante Nádia já protocolamos um documento com essas sugestões. Aproveitando o momento, nós já fizemos isso. Eu entrego agora em suas mãos, nós estamos agindo de forma... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...clara, transparente, obedecendo às regras. Esta é uma Casa Legislativa, nós somos legisladores, temos que ser os primeiros a dar o exemplo do cumprimento das normas, das regras e das leis. Apenas isso.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (16h39min) Passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria dos Vereadores Felipe Camozzato e Alvoni Medina, à Emenda nº 01 ao PLL nº 052/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 052/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 088/16. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o processo nº 0985/16, que deu origem e sustentação ao PLL nº 088/16, foi incluído na Ordem do Dia no início dos trabalhos legislativos desta Casa, mais precisamente no dia 6 de fevereiro do corrente ano. A matéria já esteve em discussão, sendo adiada por uma Sessão no dia 16 de fevereiro, por conseguinte, há mais de um mês. Logo depois, sucessivas organizações de reuniões para análise dos inúmeros vetos que a Casa conheceu foram determinando o adiamento da matéria.

Eu acredito que esta proposta do Ver. Janta, que vem corroborada por dois pareceres favoráveis e um parecer contrário, poderia ser resumida à comprovação que o Ver. Nedel, autor do parecer pela rejeição do projeto, com o Delegado Cleiton, que, na ocasião, na Legislatura passada, se manifestou pela aprovação do mesmo projeto. Dado que o Ver. Mauro Zacher declara a inexistência de óbice de natureza jurídica à tramitação do projeto, o que, de certa maneira, conflita com o parecer da eminente Procuradoria técnica da Casa, que conclui dizendo que ressalva, contudo, que o conteúdo normativo do art. 2º do projeto de lei, por implicar interferência na gestão do Município, vênia concedida, atrai violação ao disposto no art. 94, inc. IV, da Lei Orgânica, que atribui competência privativa ao Chefe do Executivo para realizar a Administração Municipal.

Isso colocado, Sr. Presidente, deixa-nos na seguinte posição: foi liberado, na Sessão anterior, uma orientação dada à base do Governo, a qual nós não nos incluímos, dando liberdade à Casa para se posicionar a respeito da matéria. Eu entendo essa abertura não só como uma liberação da posição, mas como um indicativo de que o Executivo Municipal

está lavando as mãos do assunto, abrindo mão de zelar por aquilo que é apontado como pela sua competência privativa. Nesse sentido, se o Governo a quem poderia ocorrer um posicionamento consistente de veto ao andamento do projeto de lei, pelas razões que eu expus dessa possibilidade de abrir mão, não seremos nós, Vereadores, que vamos dizer que o projeto não tem condição de tramitar em função de ser competência privativa do Chefe do Executivo Municipal. Assim, fica restrita à nossa análise a disposição do mérito do mesmo. E eu perguntaria: quem, numa luta contra o crime, de sã consciência, colocaria obstáculos, os mais sofisticado de natureza jurídica, quanto à possibilidade da elaboração de um programa Porto Alegre contra o crime? Eu não me incluo entre aqueles que, numa matéria como essa, dá ênfase à juridicidade em detrimento do mérito. Por conseguinte, voto pela aprovação do projeto, entendendo que, se alguém teria que zelar pela afirmada competência privativa do Prefeito Municipal, haveria de ser a sua base ou o seu Líder, que, no caso, é o autor. Se há uma abertura nesse particular, eu não tenho a menor dúvida... Vou votar pela aprovação do projeto de lei pelas razões que já expus em meu pronunciamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; a proposição do Ver. Cláudio Janta vem contribuir para um debate que considero necessário. De fato, está faltando alguma coisa em Porto Alegre para que possamos conectar o que é de competência municipal, como por exemplo, as câmeras de vigilância nos postos de saúde, nas escolas municipais, sejam elas infantis ou fundamentais, enfim, onde a municipalidade dispõe ou dispôs desses equipamentos. Eu pensava, Ver. Cláudio Janta, que isso deveria estar conectado, num único sistema, com a Brigada Militar, e achava, num certo momento, que isso já estava sendo feito na nossa central de monitoramento, na Procempa.

Na verdade, a minha fala vem no sentido de esclarecer ou buscar um esclarecimento de V. Exa. de como isso pretende ser feito, o que, de fato, nós já temos de efetivo e onde está a lacuna, a falta para que tenhamos esse sistema municipal de segurança integrado

ao sistema estadual, claro, deve haver prédios públicos federais também com monitoramento, e de como isso acaba se vinculando.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. ADELI SELL: Pois é, Ver. Bosco, V. Exa. teve essa experiência importante e exitosa durante a Copa do Mundo, e, para que eu possa votar com mais clareza, eu queria que o Vereador pudesse esclarecer esses pontos que, para mim, são um tanto quanto nebulosos, para que possamos efetivamente ter a garantia de que aquilo que é o propósito desta Câmara, que é cuidar da segurança do cidadão de Porto Alegre, e que é o propósito do projeto do Ver. Cláudio Janta, para que tudo isso seja útil, utilíssimo, nós possamos, portanto, avançar, aprovar um projeto que seja exequível, que possamos cobrar que ele tenha uma efetiva validade.

Vereador Janta, eu gostaria dessas explicações, como autor desse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero antes aqui salientar, Ver. João Bosco Vaz, esse grande zagueiro do passado do Internacional, gigante de época, do rolo compressor, que está nos visitando, é uma lenda do futebol gaúcho de todos os tempos. É uma satisfação vê-lo aqui com saúde.

Quero me referir aqui a esse projeto do Ver. Janta, que, como disse aqui me parece, Ver. Pujol, nós sempre esbarramos numa questão, principalmente do art. 94 da Lei Orgânica. Até peço aos Vereadores que possamos fazer uma avaliação desse art. 94 em alguns parágrafos e incisos, que se possa abrir um pouco espaço, porque ele nos engessa nesse aspecto. Então, quero aproveitar também para dizer a V. Exa. que nós devemos sempre discutir, não quero aqui ser Procurador da Casa, Corregedor, não, é que ficamos esbarrando nesse art. 94, que podemos estudar em algum aspecto. Há alguns itens do art. 94 que não podem, porque são da Constituição Federal, aí nós não podemos mexer,

mas há outros assuntos que competem a nós, ao Município, e que podemos adaptar, dar um pouquinho mais de flexibilidade para que possamos fazer algumas leis, dando força ao Parlamento que representamos.

O Procurador da Casa diz: “Ressalvo, contudo, que o conteúdo normativo do artigo 2º do projeto de lei, por implicar interferência na gestão do Município, vênia concedida, atrai violação ao disposto no artigo 94, inciso IV da Lei Orgânica, que atribui competência privativa ao Chefe do Executivo para realizar a Administração Municipal”. Nós esbarramos sempre nesse aspecto, nós temos que dizer porque o Procurador é nosso balizador, ele nos dá a referência do que podemos votar. E aí eu vou para o Decreto nº 2.069, que criou a Guarda Municipal. Tem muito pouca competência a Guarda Municipal, e os tempos mudaram. Vou ler as competências: “Art. 4º O Corpo da Guarda está diretamente subordinado ao Chefe da GM, tendo as seguintes atribuições: a) policiar os logradouros públicos; b) zelar pelas posturas municipais, no que respeita à conservação de praças, jardins, arborização, etc.; c) prestar assistência à população em caso de calamidade pública; d) manter vigilância nos próprios municipais”. Muito pouca competência no momento em que nós vivemos uma insegurança pública. Agora, parece-me, dá para modificar, acrescentar, sugerir alguma questão nova porque há uma parceria muito boa no Município entre Guarda Municipal e a Brigada, que é competência do Estado de nos trazer mais segurança, mas a Guarda Municipal começa, nessa parceria, a participar efetivamente de outras questões. Já tivemos aqui a presença da Guarda Municipal, da segurança pública municipal, que já começa a ter uma nova dimensão da peculiaridade da capital trazendo fatos novos e pensando no futuro grave da situação da segurança pública em Porto Alegre, da Grande Porto Alegre, mas nesse caso especificamente de Porto Alegre. Acredito que tenho que seguir a minha coerência; posteriormente que o Líder do Governo, Ver. Janta, possa abrir mão desse projeto e encaminhar, junto ao Governo, algumas modificações que venham contemplar seu projeto que tem essa natureza. Eu sou da época, Janta, que nos tínhamos a condição de indicar projetos indicativos. Hoje não tem mais - autorizativo, indicativo, que facilitavam esse intercâmbio entre a Câmara e a Prefeitura, mas hoje nós não temos mais isso. Portanto, temos que achar outras alternativas. Por isso entendo a prerrogativa do Procurador da Casa de que não é competência nossa e, sim, do Poder Executivo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou pedir vênica para a nossa colega Comandante Nádia, representante da área da segurança pública na nossa bancada, para tratar desse assunto que é de muita importância. O Ver. Janta é proponente desta matéria. É um projeto que estimula a participação da sociedade em denunciar os delitos em que são vítimas ou que presenciam quando circulam pelos espaços públicos da Cidade. Nós tivemos aqui, Presidente Cassio, já lhe cumprimentando pela iniciativa, na quarta-feira uma grande oportunidade que foi a reinstalação do Comitê Permanente de Segurança Metropolitana. Na ocasião, recebemos o Secretário Cezar Schirmer, o Prefeito Marchezan, bem como outras representações das instituições que são parceiras dessa iniciativa. Existem outras tantas – saúdo o Ver. Lino Zinn pela posse hoje, seja bem-vindo - iniciativas na área da segurança que tramitam nesta Casa. Obviamente, Ver. Cassiá, temos os entraves regimentais, mas precisamos não reduzir o espaço de atuação dos Vereadores para que possamos legislar sobre temas que integram os mais reclamados pela sociedade porto-alegrense. E, neles, sem dúvida alguma, está a segurança. E aí quero fazer uma relação com o evento da quarta-feira, Sr. Presidente. A palavra-chave foi integração. E a integração passa por aquilo que deve ser exercido pela Polícia Civil, pela Brigada Militar e pela Guarda Municipal, mas é inegável que a sociedade também tem um papel a cumprir nesse processo de promoção da segurança pública e de afirmação de uma rede de proteção social. É o que nós buscamos. E nós temos exemplos bem sucedidos, em Porto Alegre, de organização da sociedade que devolveram os espaços públicos ao cidadão de bem e fizeram com que essa comunidade organizada pudesse se relacionar melhor com as forças de segurança. Do meu conhecimento, a Praça Garibaldi é o exemplo mais elucidativo desta realidade. Há quase um ano tínhamos ali cerca de 40 moradores de rua, ocupando de forma irregular aquele espaço. A vizinhança se organizou. Lá existe hoje um grupo chamado Vizinhança na Calçada, que se articulou com os órgãos de segurança, tanto do Estado quanto do Município, e os promotores culturais da Cidade, da gastronomia, da música,

passaram a fazer da Praça Garibaldi um verdadeiro ponto de encontro para a promoção dessas atividades, que acontecem quase que semanalmente.

Hoje, trouxe esta experiência ao Secretário Kleber, que gentilmente esteve aqui na Casa e nos recebeu no gabinete do Ver. Moisés, Vice-Líder do Governo, porque temos um eixo, hoje, que é um eixo do crime no Centro Histórico, coração da Cidade, da Praça da Matriz até o Viaduto Otávio Rocha.

Na semana passada, foi morto um morador de rua, certamente por estar em conflito com os delinquentes que ali atuam. No mês passado, em fevereiro, três homicídios ocorreram, tanto nas escadarias do viaduto como nas calçadas da Av. Borges de Medeiros, e o pavor dos moradores e dos comerciantes da região é cada vez maior. Na próxima semana, vamos receber aqui a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Maria de Fátima, em Comparecimento - espero que ela possa nos explicar por que a Prefeitura não faz o trabalho preliminar, com atuação da Brigada e da Polícia Civil, que é a abordagem social desses moradores. É tão fácil identificar aqueles que realmente estão em situação de abandono e vulnerabilidade social e os que estão ali para cometer delitos. Para isso existem as estruturas públicas que recebem, têm destinação financeira. Fiz aqui a relação com estes temas para saudar a iniciativa do Ver. Janta. É um projeto meritório. Já antecipo aqui que sou favorável, porque estimula a participação do cidadão e da sociedade denunciando.

Ontem, debatemos aqui a violência contra a mulher. Já são números alarmantes, Ver.^a Comandante Nádia. E só não são maiores ao conhecimento público porque muitas mulheres não registram ocorrências por terem sido agredidas pelos seus companheiros. Então, a participação da sociedade no registro desses boletins junto aos órgãos de segurança e a participação da sociedade denunciando aqueles crimes que são do dia a dia, crimes que provocam danos ao patrimônio público e crimes que colocam em risco a vida das pessoas, é fundamental e as tecnologias estão disponíveis hoje, ao nosso alcance, nas nossas mãos e nós temos que fazer valer o nosso protagonismo e não só aguardar pelos outros. O cidadão também tem papel na promoção da segurança da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em primeiro lugar, quero esclarecer aqui que eu não estou tendo nenhum benefício por ser Líder do Governo. Se o projeto for totalmente irregular, como encaminhei aqui no sentido de manter os dois vetos ao meu projeto, eu estaria retirando o projeto.

Quero dizer que o projeto cria um programa, não cria nenhuma despesa para o Município, não altera nada dentro do Município. O procurador refere o art. 8º, inc. IV; o art. 9º, inc. II e o art. 12 da Constituição Federal. Com relação ao art. 8º, ele fala que cabe ao Município licenciar o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e similares. Eu não estou licenciando nada; não estou criando nada, nenhum estabelecimento comercial, não estou licenciando nenhuma indústria, nada, em Porto Alegre.

Com relação ao 9º, compete ao Município tudo que cabe conceder ao Município, regular as atividades urbanas, os horários de atendimento de serviços públicos, bancos, comércio e similares. Não estou ordenando horário de nada. E o art. 94, da Lei Orgânica do Município, diz que compete ao Prefeito a estrutura de funcionamento e organização do Município.

O meu projeto institui um programa que permite à população, quando se encontra numa vila de Porto Alegre, na periferia, num parque, no Centro, em qualquer lugar de Porto Alegre, fazer uma denúncia por telefone, pode ser até pelo 156; fazer uma denúncia pela Internet, pode ser do seu *smartphone*, computador; fazer a denúncia através de aplicativos, usar fotos e aplicativos dos carros de transporte dentro de Porto Alegre, dos táxis que têm aplicativos, qualquer tipo de aplicativo dentro de Porto Alegre, e outras tecnologias disponíveis, nos totens que podem vir a ter em Porto Alegre, qualquer outra tecnologia disponível em Porto Alegre, aos órgãos responsáveis pela operação de monitoramento das câmeras públicas, Ver. Adeli, que já existem em Porto Alegre. E a SAMU e todo o sistema de segurança são integrados às câmeras públicas. Hoje é integrado, tudo isso é integrado dentro das câmeras públicas. A única coisa que eu digo é que, se possível – se possível -, quando for feita essa denúncia, as imagens sejam utilizadas. A gente sabe o que acontece na nossa periferia de Porto Alegre, muitas vezes as pessoas não fazem a denúncia na hora por dificuldade de fazê-la e muitas vezes pela

brutalidade dos crimes as pessoas não fazem. E o sistema, muitas vezes, armazena essas imagens por 30 dias. Então para não infringir nenhuma parte da Lei Orgânica do nosso Município, nem a Constituição que diz que tem que ser por 30 dias, que obriga... Eu não obriguei, eu disse: se possível. Muitas vezes a CCJ corrige os nossos projetos, porque muitas vezes a Procuradoria dá pareceres que não condizem com o que a gente faz no projeto. E eu venho dizer que o meu projeto não licencia nada, baseado no que a Procuradoria diz. A procuradoria diz, baseada no art. 8º, inc. IX; art. 9º, inc. II e XII, da Constituição Federal. Esses artigos e incisos falam em licenciamento do comércio, falam simplesmente em funcionamento do comércio, indústria e similares; falam da competência do Município para conceder alvarás; da competência do Município para falar sobre horário de atendimento. E o meu projeto não fala sobre nada disso, o meu projeto simplesmente é um programa para a população de Porto Alegre não usar somente o 190. É um programa para a população de Porto Alegre usar toda a cadeia disponível na cidade de Porto Alegre de informações para as pessoas preservarem a vida. Esse é um programa que está em todas candidaturas que disputaram a eleição de Porto Alegre. Apresentei este Projeto aqui na Casa, no início de 2013. É um projeto antigo e discutido e que teve o parecer favorável da CCJ, na época do Ver. Mauro Zacher, que fazia parte do Governo anterior e era membro da CCJ e de todas as Comissões desta Casa, com exceção da CEFOR. Muito obrigado Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nobre Presidente, Ver. Cassio Trogildo, colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha nossa Sessão de hoje, sejam bem-vindos à Casa do Povo. Eu tenho uma certa compreensão de que todos os projetos de lei, Ver. Janta, que dialogam com segurança da população, são bem-vindos, na medida em que são viáveis. V. Exa, no art. 2º, diz o seguinte: “Para os fins desta Lei, as denúncias de práticas delituosas serão encaminhadas, por meio de canal telefônico próprio, da internet, de aplicativos de *smartphones* ou de outras tecnologias disponíveis...” Nós temos muitas tecnologias disponíveis para poder, com certeza, “lincar” com a Secretaria de Segurança,

seja a estadual ou municipal, ou com a Brigada Militar. Eu queria citar aqui um projeto de lei que está tramitando e que vai chegar ao plenário, de minha autoria, que cria o botão do pânico no transporte coletivo de Porto Alegre. E vou explicar por quê. Nós temos, hoje, em torno de oito assaltos por dia nos ônibus de Porto Alegre, são mais de 720 assaltos por mês. São muito assaltos em coletivos e em lotações em Porto Alegre. E como vamos conseguir avisar a brigada militar e a polícia civil para chegar em tempo ao possível assalto? Tem de ter um mecanismo de aviso, como existe em São Paulo e no Rio de Janeiro: o chamado botão do pânico, que, na medida em que os cidadãos estão sendo assaltados dentro do coletivo, o motorista aciona o botão do pânico. É interessante isso porque lá funciona. Os ônibus são monitorados, não só pelo GPS, mas também pelas câmeras. Todos os ônibus em Porto Alegre poderiam ter as câmeras, e ser monitorados por GPS. Na medida em que o botão do pânico é acionado, como acontece em outras capitais, em questão de segundos a delegacia mais perto ou o carro móvel da Polícia Civil ou da Brigada Militar tem condições de chegar em tempo, porque o próprio delegado, num seminário aqui na Câmara diz o seguinte: “Nós conhecemos quem está operando o assalto, nós temos mais de 50 jovens reconhecidos, mas nunca chegamos a tempo para pegar em flagrante”. Então a ideia de criar um mecanismo de GPS, enfim, de avisar em tempo vai reduzir, com certeza, o número de assaltos em Porto Alegre. Creio que sua proposta é bem-vinda, embora a Procuradoria, como V. Exa. falou, sempre coloca alguns empecilhos. Mas creio que isso é uma questão superada. Todos nós, Vereadores, conhecemos como é o trâmite dos projetos aqui na Casa. Tenho certeza de que na medida em que a CCJ deu a legitimidade de tramitação... Esse projeto é bem-vindo; espero que o Executivo se debruce sobre esse projeto de lei e possa criar esse mecanismo de interligação, criando telefone ou mecanismo na internet para reduzir o número de assaltos e a criminalidade em nossa Capital. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores e Vereadoras, queridas mulheres que já estão chegando para a atividade da noite, sobre essa proposição do Programa Porto Alegre

Contra o Crime, eu diria que um programa com esse nome tão pretensioso poderia ter vários outros elementos, inclusive poderíamos ter nos debruçado mais sobre ele para propor outras alternativas e possibilidades - lembro que o Ver. Alberto Kopittke apresentou uma série delas - que o Governo Municipal tem para contribuir para a segurança da Cidade. Os Conselhos de Segurança, por exemplo, serem reativados; o Conselho Municipal de Segurança Cidadã ser empoderado; a integração das ações com comitê permanente; as políticas públicas na periferia, nas regiões voltadas aos jovens, articuladas de forma sistemática entre as várias políticas. E a Secretaria Municipal de Esportes, para eu chamar a atenção de uma das Secretarias que com muito pouco recurso tem muita abrangência, muita condição de oferecer alternativa para a juventude. Então, dizer que o título é muito maior que a proposta, modesta, como explica o Ver. Janta. Mas eu quero fazer uma discussão sobre a proposta dos dispositivos tecnológicos. Nós estamos há um ano reunindo o conselho, constituímos um conselho comunitário de segurança no meu bairro, Petrópolis, quer dizer, além de acompanhar os outros bairros, eu participo diretamente de um Conselho e de um esforço de comunidade de bairro, para fazer funcionar a organização comunitária. E nós já temos lá um grupo de WhatsApp, que é o Alerta Petrópolis, vinculado à Brigada Militar, que funciona há um ano, mais ou menos, e temos o grupo do Conselho Comunitário de Justiça e Segurança Petrópolis-CCJS. E é bacana, porque a comunidade fala entre si. Só que, vamos combinar, se não houver efetivo na outra ponta, a tecnologia de nada resolve. Nosso conselho visitou o Centro Integrado de Emergências da Brigada Militar. Nós fizemos aqui, inclusive, uma Indicação nesta Casa, para que o Centro Integrado de Emergência seja completado com a presença da SAMU, com a presença da Guarda Municipal. No ano passado, o Cappellari disse: "Não, eu não vou gastar gente da Guarda Municipal para estar no Centro de Emergências." A opinião da Brigada Militar, Prof. Alex que me escuta, é que se lá no Centro Integrado de Emergências tivesse a SAMU, a Polícia Federal, a Guarda Municipal, Brigada Militar e Delegacia de Polícia, nós, com a quantidade de câmeras de vídeo que temos lá, temos muita condição de dar resposta rápida para denúncias, para chamamento do 190. Mas não temos nem o contingente suficiente da Brigada Militar, nem lá para atender, nem na ponta, nem nas regiões, nem na Patrulha Maria da Penha. Porto Alegre, eu já mostrei aqui várias vezes, não vou mostrar de novo, tem hoje 1.800 brigadianos, quando já teve 2.800. Conforme vem diminuindo esse grupo de profissionais, atuadores

da segurança, vem aumentando o assassinato na cidade de Porto Alegre na cidade de Porto Alegre. Nós, nos últimos quatro anos, tivemos um aumento de 500 e poucos para 800 assassinatos na cidade de Porto Alegre, por latrocínio, por tráfico de drogas, enfim, aumentou inversamente proporcional ao número de brigadianos. Então, os aplicativos, Ver. Janta, nós vamos votar a favor, porque eles são necessários. As câmaras lá na escola municipal - nós temos 56 escolas com câmaras de vídeo, nem todas funcionam, mas elas podem estar integradas com esse centro de emergência. As escolas querem isto, elas querem telefonar e ter o acesso de vídeo para identificar e para poder proteger a comunidade escolar. Isso precisa funcionar. Os moradores de Porto Alegre estão interessados e estão mobilizados. Agora, a combinação da política pública estadual de segurança com a tecnologia se faz necessária.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz , solicitando desarquivamento do PLL nº 185/16.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz, solicitando desarquivamento do PR nº 065/16

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando desarquivamento do PLL nº 299/13.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, que acompanham os trabalhos e as discussões na tarde de hoje; Vereadores e Vereadoras; eu subo à tribuna neste momento para manifestar o meu apoio ao projeto do Ver. Cláudio Janta, porque vivemos dias em que há um desenvolvimento de aplicativos e de novas tecnologias que permitem que nós tenhamos uma vida mais tranquila, mais confortável, mais cômoda e um grande acesso à comunicação. Nossa sociedade precisa evoluir, e uma das formas de evolução é justamente utilizar a tecnologia como aliada nestes momentos difíceis que encontramos. O projeto prevê a utilização de recursos tecnológicos como *smartphones* justamente para que nós possamos estabelecer um contato mais próximo entre órgãos de controle - como é o caso da nossa valorosa Guarda Municipal - e o cidadão, aquele que hoje diz que o principal problema de nossa Cidade é a insegurança, é a falta de liberdade

de ir e vir, que nos prende dentro de casa, com grades enormes, e leva a todos uma sensação de medo. O principal problema identificado pela população é a falta de segurança, a violência. Portanto, precisamos de todas as forças para combater esse mal. Não acredito que a Prefeitura possa se omitir desse fato, o que vem fazendo sistematicamente, e não é de hoje. Nós temos visto - na gestão passada, pelo menos - uma tentativa reiterada, do então Prefeito Fortunati, de dizer que o problema da segurança ou da falta de patrulhamento na nossa Cidade não eram incumbência da Prefeitura, eram problema do Governo do Estado, o que não é verdade.

Em 2014, uma lei federal ampliou as atribuições das guardas municipais no nosso País, dando aos nossos guardas outras atribuições além daquelas que o regramento já especificava. Eu trouxe aqui algumas só para destacar. (Lê.): “São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais”. Ou seja, em 2014, uma lei federal dá aos nossos guardas municipais atribuições de também zelar pela integridade física e pelas vidas dos cidadãos desta Cidade e de todas as demais do nosso País. Portanto, sim, a Prefeitura é partícipe e responsável pela nossa segurança, pela garantia da nossa integridade física. Temos mais de uma centena de guardas municipais aprovados em concurso, na fila, esperando a sua nomeação, se movimentando para que possam trabalhar efetivamente para garantir mais segurança para os nossos cidadãos e cidadãs. Ou seja, a responsabilidade da Prefeitura está aí. Cabe ao poder do então Prefeito chamar esses servidores, integrá-los ao quadro do funcionalismo público e colocá-los nas ruas para garantir a nossa integridade física.

Parabéns ao Ver. Cláudio Janta pela iniciativa. Todas as iniciativas com esse viés vêm para colaborar, para garantir um pouco mais de dignidade, segurança e tranquilidade aos porto-alegrenses. Obviamente, isso não resolverá o nosso problema, mas já é um passo.

Boa tarde!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: O projeto do Ver. Cláudio Janta, confesso que, quando entrou na Ordem do Dia com esse título, me fez criar uma grande expectativa, porque já devemos viver um momento em que não cabe mais aos Prefeitos, Poder Executivo, usar sempre aquela frase: segurança é responsabilidade do Governo do Estado, por conta da Brigada Militar. Não só pelo advento da Guarda Municipal nos grandes Municípios, mas porque entender segurança é entender não só uma ação repressiva ou de controle, mas entender – como disse o Ver. Bosco em recente reunião – que, quando se fala em esporte, se está falando de segurança; quando se fala em assistência social, se está falando de segurança; quando se fala em geração de renda e emprego, se está falando de segurança pública, Ver. Tarciso. Entender isso e os serviços do Município terem esse entendimento, realmente, é papel do município a segurança pública, sim.

O projeto do Ver. Janta fala na criação de um programa que coloca um incentivo a que a população denuncie o cometimento de crimes, o que é meritório, fala nas questões das novas tecnologias que podem ser utilizadas para esse fim. Então, o projeto não chega a impor obrigações ao Executivo, portanto não vejo como alguém poderá votar contra, com esse argumento, deixa genérico, mas suscita aqui no Plenário uma discussão sobre segurança, que com certeza, é uma das mais importantes para o Município.

Então, nós votaremos a favor do seu projeto, Ver. Janta, porque entendemos que serve para levantar o debate do papel fundamental que o Município tem na segurança da Cidade.

Mas eu não posso deixar de não comentar aqui o que há de mais recente em termos de política de segurança do nosso Município, que é a chamada Operação Avant. Foram recrutados policiais do interior para fazer o policiamento da Capital, e infelizmente, estou eu no sábado retrasado, passando pela Av. Bento Gonçalves e vejo ali dois policiais a cada esquina, praticamente em toda a Av. Bento Gonçalves, de um lado e do outro. Ou seja, ainda que a Av. Bento Gonçalves seja mapeada como uma região de necessidade de policiamento, o fato é que ali estava nitidamente uma ação de visibilidade. Eu não digo que ações de visibilidade não são importantes – elas são importantes. Como disse hoje o Major Albuquerque na nossa reunião da CEDECONDH é importante que as pessoas

saibam e referenciem um local na cidade. Então, estar uma patrulha fixa, por exemplo, embaixo do viaduto que passa por cima da Av. Bento Gonçalves é importante, a localização e a territorialização do patrulhamento. Mas quando voltei pela Bento, vindo de Viamão, sábado, à tarde, já não encontrei nenhum policial. Provavelmente eles haviam sido deslocados para um outro lugar da Cidade para fazer uma outra ação de visibilidade. Então, vejam, a política acaba sendo moldada mais na tentativa de dar a sensação de segurança do que efetivamente dar a segurança.

Ver^a Comandante Nádia, que é da Brigada Militar, deve ter, espero, entendido de forma crítica, e não estou fazendo crítica aqui, acho que é função da segurança ter visibilidade, mas não só. Então, ter dois policiais em cada esquina dos dois lados da Bento Gonçalves, eu diria que é muita visibilidade. E obviamente, esses policiais estavam deixando de fazer outra atividade, talvez, mais efetiva com relação ao combate ao crime.

A Sra. Comandante Nádia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada pelo aparte. Aí que me refiro quando digo que as pessoas têm que ter legitimidade quando falam das coisas. Esses policiais estão em estágio; na verdade, são alunos que estão em formação e, por estarem em formação, têm que estar mais juntos para que sejam corrigidos quanto à forma de atuação pelo seu comandante. Isso facilita que a gente tenha um cuidado maior com alunos em formação. Fica aqui a fala de que a gente tem que ser crítico, sim, mas tem que entender o todo, para que a gente não cometa erros e fale coisas que não são verdades. Então, o conjunto dos soldados que, na verdade, são alunos que estão sendo treinados e que provavelmente em junho seja a formatura, estão ali executando estágio. Também, de outra banda, às vezes a gente reclama porque não tem segurança, outras vezes reclama porque tem demais. É bom saber o todo.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, gostaria de mais um minuto, porque a Comandante Nádia, uso agora o Comandante propositalmente, tenta dar um carteirinho aqui na Câmara, dizendo que só ela entende de segurança. Bom, traz informação nova... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 088/16. (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/16.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, colegas, utilizo a tribuna para elogiar, cumprimentar e dizer que votarei a favor. Ver. Janta, fiquei muito satisfeita com a sua ideia, sua intenção, programa de mecanismo, ferramentas para ajudar; tudo aquilo que vem para combater o crime sempre contará com o meu apoio e com a bancada Progressista. O programa consiste na criação de uma política pública que busque estimular as denúncias dos porto-alegrenses que presenciarem crimes na Cidade. Isso me faz lembrar, Ver. Janta, a época em que a pichação estava em alta e que esta Vereadora aqui criou o disque-pichação, 153, que é uma ferramenta de comunicação que serve para os cidadãos porto-alegrenses que presenciarem um ato de pichação fazerem a denúncia. Então, eu queria registrar a minha satisfação com esse projeto que visa a incentivar a população a denunciar práticas criminosas no âmbito municipal. Também queria aproveitar a oportunidade, Ver. Prof. Alex Fraga, meu colega de Comissão, para lhe dizer a sua colocação sobre a lei federal é muito pertinente, ela realmente fez mudanças, mas nem tudo o que está escrito aqui se entende que a Guarda Municipal pode atuar na segurança das pessoas. A lei cria o Estatuto Geral das Guardas Municipais e, entre outras questões, estabelece que “incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva [a competência geral das guardas, a proteção dos bens, como por exemplo, a ponte que foi danificada há pouco, paradas de ônibus também são bens, prédios públicos, praças, escolas] ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal”.

Eu concordo com o senhor que a legislação provocou, promoveu um grande avanço, mas ainda requer mais. Nós podemos promover mais competências para a Guarda Municipal. Então, eu penso que este é um momento que devemos aproveitar para reforçar a importância da nossa Guarda Municipal. Eu, como Vereadora, em todas as minhas possibilidades de emendas parlamentares e as minhas falas, sempre foram para valorizar a Guarda Municipal e seus agentes, que fazem esse serviço tão qualificado e que precisam, sim, inclusive ampliar essa legislação. Nós temos que contar com esses

valerosos agentes de segurança. Parabéns Ver. Cláudio Janta, conte com o apoio da minha bancada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/16.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; agradeço a bancada pela possibilidade de encaminhar em nome do Partido dos Trabalhadores. Talvez não tenha sido intencional, mas a Ver.^a Comandante Nádia poderia ter se inscrito, feito a fala dela, mas ela acabou utilizando o meu tempo de discussão para fazer uma crítica, sem me deixar tempo para rebater. Com certeza, não foi proposital, e não farei como ela faz, dando um carteiraço, porque ela é uma recém-chegada na Câmara, mas não é isso, então, entendo que não tenha sido intencional. Tenho certeza de que a discussão sobre segurança pública, assim como a discussão de mobilidade ou de habitação, seja qual for, não é uma discussão restrita e capturada por aqueles que se dizem técnicos de uma determinada área. Eu posso me dizer técnico, Comandante Nádia – eu não sei se conhece o meu currículo –, eu também posso me dizer técnico da área: eu fui do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, fui Corregedor-Geral do sistema penitenciário, não preciso dar carteiraço aqui para poder falar dos assuntos. Se a Vereadora entende que, naquele sábado de manhã – eu posso até recuperar a data –, ali estavam policiais em treinamento, eu quero desconfiar dessa informação, porque era justamente naquela semana que iniciava a Operação Avante. Quero conferir essa informação: se estavam em treinamento, se tinha dois policiais por esquina em cada um dos lados da Av. Bento Gonçalves. Hoje pela manhã, na reunião da nossa comissão, estava o Major Albuquerque, que confirmou que era a Operação Avante. Por isso me senti à vontade para fazer uma crítica construtiva à Operação Avante, que não deve se limitar apenas a ações de visibilidade para dar uma resposta à população. Também tem que ter ações de visibilidade, não estou descartando que a polícia tenha ações de visibilidade.

Eu lhe pediria, posso eu fazer, mas, já que a senhora trouxe a informação, que confirmasse se estavam ali em estágio. Acho muito estranho que policiais do interior

venham para Porto Alegre fazer estágio, mas pode ser, não estou aqui descartando, já que é a sua informação. Se faz parte da metodologia do aprendizado do estágio colocar dois policiais por esquina de cada um dos lados da rua, bom, talvez seja. Mas eu já coloquei esse argumento em público, inclusive, perante representantes da Brigada Militar, que confirmaram. Então eu lhe convidaria para falar no tempo de encaminhamento do PMDB, se quiser discutir esse assunto, mas eu diria simplesmente isto: sem carteiros aqui na Câmara Municipal, onde todos fomos eleitos, todos tratamos dos temas. Tem pessoas que tratam dos temas que são mais caros ao nosso mandato, nem por isso eu os desqualifico dizendo que não entendem do assunto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/16.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Primeiramente, dizer que não me inscrevi aqui, Marcelo, Vereador aqui desta Casa, porque não tive tempo; foi muito rápida a nossa passagem ali e eu estava respondendo a outro Vereador, mas com certeza gosto muito desses debates.

Por óbvio que aqui eu não venho dar carteiro, mas eu vejo que muitas pessoas querem falar de assuntos de que não sabem. E eu tenho 28 anos de experiência e venho trazer a esta Câmara a experiência que eu tenho, assim como o Ver. Dr. Goulart e o Ver. Dr. Thiago têm experiência na medicina e tantos outros aqui têm *expertises* nas mais diversas áreas e que é importante serem ouvidos.

Carteiro geralmente dá quem não tem legitimidade para falar, mas é bem tranquila nossa fala. Quando conversamos lá na CEDECONDH, me parece que o Presidente da Comissão dá carteiro, mas não vou entrar nesse mérito aqui.

Quero dizer que me surpreende que, nesta semana, o Presidente chamou o Comitê Permanente de Segurança para esta Casa para conversar sobre segurança pública, e o senhor, Ver. Marcelo Sgarbossa, e vários outros Vereadores da bancada do PT e do PSOL não estavam aqui! Não vi nenhum deles aqui para discutir segurança pública, porque era uma pauta de todos, não era partidária. E isso é importante a gente falar: assunto sério não tem que ser partidarizado, assunto sério tem que ser trabalhado com

legitimidade, credibilidade e com pessoas que querem conversar, largar as suas bandeiras e falar sério para a população de Porto Alegre. Não adianta a gente vir aqui e reclamar de segurança pública, se no momento em que estão o Secretário de Segurança Pública do Estado e do Município, o Prefeito, autoridades do Judiciário, do Ministério Público e Defensoria Pública, os Vereadores que mais reclamam da segurança não estarem aqui. Então, assim, são dois pesos e duas medidas que muitas vezes temos que conversar nesta Câmara e retirar as bandeiras que nos impedem de abrir as mentes e pensar em Porto Alegre como um todo. Por isso que as coisas não andam! A gente fica pensando no próprio umbigo e não pensa nas pessoas que precisam de segurança, de saúde e de educação. Enfim, Ver. Janta, sempre é importante qualificar, dar ferramentas para a Guarda Municipal que, sim, tem um papel importantíssimo dentro do Município, que é fazer a segurança também dos parques, dos prédios, das ruas; enfim, juntar esforços para que Polícia Civil, Brigada Militar, Susepe, IGP, EPTC e Guarda Municipal tenham efetivo trabalho em tirar a bandidagem desta Cidade porque tem bandido para todo mundo prender. Então, fica aqui, Ver. Janta, meus parabéns por este projeto de qualificação e aumento da resposta da Guarda Municipal, junto com a comunidade. Agradeço o momento. Vereador, com certeza, teria lhe dado a sua gentileza de me conceder o espaço, mas realmente faltou tempo. A gentileza desta que vos fala sempre vai estar em primeiro lugar. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/16, como autor.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, só quero fazer um encaminhamento sobre o parecer da Procuradoria. Sou católico, espírita, mas o Procurador deve ter ouvido em uma sessão espírita o seu parecer. Eu falei errado na tribuna, disse que o meu projeto tinha entrado nesta Casa em 2013. Na verdade, ele entrou em 2016! É que eu estava com o parecer da Procuradoria, que deu parecer com data de 27 de junho de 2013. Então, é um projeto espírita. Antes de eu entrar com o projeto o Procurador deu parecer três anos antes. Então, como todo respeito aos espíritas, acredito muito, vou a centro espírita, o Procurador fez três anos antes o parecer ao meu projeto que entrou em 2016, isso me

levou até a confundir, pois disse que entrei com o projeto em 2013. Então, eu quero corrigir isso, espero que a Procuradoria se debruce para fazer um parecer real sobre o projeto dos Vereadores. Se isso aconteceu comigo, deve ter acontecido com outros Pares, baseado somente no art. 94 da Lei Orgânica do Município. É sacanagem o que se faz com 36 membros desta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/16.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Obrigado, Presidente Cássio. Eu acho que já houve uma manifestação sobre a importância do tema da segurança pública. Mesmo assim, eu não poderia deixar passar em branco a atuação da Comandante Nádia ao tentar usar a tribuna para criticar o PSOL quando nós não estamos em debate. Mas a Comandante Nádia, de modo rápido, sem nenhum fundamento, diz que quem não veio assistir à palestra do Secretário de Segurança Cezar Schirmer é porque não está interessado de verdade em debater segurança pública. Eu poderia dizer à Comandante Nádia que ela também não está interessada em discutir segurança pública, quando nós organizamos um evento aqui nesta Câmara de Vereadores, no início do ano, que ficou superlotada a Câmara de Vereadores, em que veio um juiz de Manaus que foi quem negociou a libertação dos reféns naquele massacre que ocorreu em Manaus no início do ano, o Juiz Luís Carlos Valois, ele esteve em Porto Alegre; o Juiz Sidinei José Brzuska, Juiz da Vara de Execuções Criminais, que também esteve no seminário que nós organizamos; o Major Albuquerque, da Polícia Militar; e a Comandante Nádia não estava aqui. E eu não vou fazer essa acusação, porque eu considero um tipo de acusação leviana. É evidente que nós estamos muito preocupados com a segurança pública, tremendamente preocupados, até o ponto - essa é uma das polêmicas que nós temos - que nós consideramos que a iniciativa de alguns Vereadores de pautar o tema das armas como um tema salvador da segurança pública, nós contestamos, porque nós apontamos que o problema é muito grave, que esse tipo de solução é uma não solução, porque o maior problema que nós temos na segurança pública, independentemente do mérito da questão do desarmamento, é que o Estado abandonou a segurança pública. Falo do Estado de modo

geral. Vale obviamente para o Governo Federal, mas aqui vale para o Estado do Rio Grande do Sul. E a Comandante Nádia fez uma opção partidária, ela é do PMDB, o partido que governa o Estado. A nossa Capital está abandonada! Se ela conhece a segurança pública, e ela conhece, sabe muito bem que nunca, na história de Porto Alegre, nós tivemos um número tão pequeno de policiais militares. Sabe-se muito bem também que, à medida que aumenta o número de policiais militares, há uma tendência maior de combate à violência. Isso é obvio! Essa é a preocupação central. Há um abandono da segurança pública.

Há também um outro problema, a ideia de simplesmente propagar que é preciso combater os bandidos como se essa ideia de combater os bandidos... E nós vamos separar os bandidos dos cidadãos de bem, quando sabemos que infelizmente muito da política de segurança pública dos estados, do aparato policial trata os jovens negros que moram na periferia como bandidos, inclusive no tipo de abordagem policial. Sabe-se isso. Isso é um fato. Não é preciso debater segurança pública de modo mais sério. Eu, por exemplo, creio que um dos maiores problemas que temos no Brasil, e está ligado com segurança pública, é a corrupção da casta política. O Brasil está com o seu sistema político falido. Já veio de antes, nós sabemos que veio do governo anterior. Não é à toa que teve a Operação Lava Jato. Foi grave o processo de incorporação do PT no regime político, não de todos os petistas obviamente, seria uma tragédia se fosse de todos os petistas, mas eu sei que na cúpula do PT teve isso. Na verdade, a cúpula do PT acabou adotando o *modus operandi* da política tradicional, no caso do Brasil, chefiada pelo PMDB, partido que a Comandante Nádia resolveu participar, partido que hoje está governando o País e está tratando de desmontar a Operação Lava Jato, que envolve praticamente toda a cúpula do Estado do Rio de Janeiro: o Tribunal de Contas está na cadeia, o Presidente da Assembleia Legislativa do PMDB - não me consta que ele não seja do PMDB. Não me consta que o Eduardo Cunha não seja do PMDB.

Esse tema da corrupção é evidente que afeta a segurança pública, porque afeta a ética da sociedade, afeta o tecido social. As pessoas perceberem que existe um sistema político totalmente dominado por esquemas de corrupção a serviço de empresas privadas, evidentemente que corrói o tecido social. E é isso que nós estamos vivendo no Brasil. E os políticos, os Vereadores, os Deputados precisam se pronunciar sobre isso! E nós temos insistido nesse tema. Eu não acho que o problema seja em si mesmo fazer a

opção pelo PMDB, até pode ser feita, mas, por favor, não venham tratar os outros como bandidos sem precisar de que bandidos estamos falando. E, hoje, na república brasileira, os maiores bandidos estão governando o Brasil. Isso precisa ser dito. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/16.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente Cassio Trogildo, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. Primeiramente, quero cumprimentar o autor, Ver. Cláudio Janta, pela iniciativa de instituir o programa Porto Alegre Contra o Crime. Na semana passada, ainda me manifestei da tribuna, por quê? Porque, realmente, Porto Alegre tem visto cenas que não aconteciam no cotidiano da Cidade, tais como cortar cabeça, mas não são uma ou duas, mais de 15 cabeças que foram cortadas na Cidade, crimes com requintes de crueldade. Além disso, temos visto colocar fogo em ônibus, coisa que não acontecia também. Então a Cidade realmente presencia e presenciou recentemente uma, duas mães buscando filhos no colégio e sendo assassinadas. Então eu acho que nós podendo trazer para a agenda do debate toda e qualquer iniciativa que possa combater o crime, acho que é positivo. E aí eu tenho a impressão de que acabamos desnorteando aqui um pouco do debate, trazendo aqui questões que dizem respeito ao Secretário Cezar Schirmer, ponderações sobre a atuação da Comandante Nádia. E aqui todo o nosso respeito à Brigada. Acho que, no que diz respeito à iniciativa do Ver. Cláudio Janta, eu quero reiterar aqui que o PDT é a favor do projeto. Que a gente não traga aqui qualquer obstáculo no entendimento daqueles que vão levantar algum outro fórum de debate de outra instância para obstaculizar uma iniciativa que entendo que é boa para a Cidade. Eu quero reforçar esse entendimento. É muito importante e relevante essa questão de reavaliarmos a questão que diz respeito ao porte de armas, ao Estatuto do Desarmamento, questão que já está na pauta e na agenda daquele cidadão que, porventura, quer se proteger. Que possamos mobilizar a sociedade civil organizada para, de alguma maneira, combater o crime, a violência, esse desenfrear de ações beirando assim, além do alambrado da questão que diz respeito à impunidade. Como

pode se admitir, por exemplo, Ver. Carús, que se cave um túnel de 50 metros de profundidade, que já estava encostando quase lá no muro do presídio, pelo qual talvez fossem libertados 2 mil presos, acontecendo aqui em Porto Alegre? Quantas horas de serviço, quantas pessoas não morreram para que aquelas pessoas pudessem ser presas? E parece que taparam o túnel com uma tampa de bueiro, fizeram um rejunte mais ou menos. Puxa, tinha que concretar todo o túnel, Vereador! Por ali, entra outro e termina de cavar o que falta e quando se vê... Eu acho muito relevante que nós possamos entender o que está acontecendo. Cavaram um túnel ontem aqui em Porto Alegre, quase bateram lá no muro do presídio, para soltar 2 mil presos. Quantos agentes, quantos policiais, brigadianos, quantas pessoas morreram? Quanto dinheiro foi investido para prender aquelas pessoas que seriam soltas? Eu acho que é oportuno, sim. Vamos aprovar o projeto. Encaminho em nome da nossa Bancada pela aprovação do projeto. Cumprimento todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se manifestaram favoráveis aqui. Virarmos aqui a página das diferenças e darmos também a nossa contribuição deste Legislativo nas iniciativas que possam se apresentar para uma resposta da sociedade à insegurança que se instalou em Porto Alegre, no Estado do Rio grande do Sul. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 088/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

(17h57min) Está encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h58min.)